



"A UNIVERSIDADE É NOSSA"

Dez anos da Lei de Cotas mostram como a cara da universidade mudou, enquanto cursinhos populares buscam garantir o acesso de estudantes em situação de vulnerabilidade



O assassinato do indigenista brasileiro Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Philips revela as ameaças constantes sofridas pelos povos da floresta e por aqueles que se propõem a defendê-los. O crime aconteceu no Vale do Javari, no Amazonas, onde se encontra a segunda maior terra indígena do país e ocorrem intensos conflitos provocados por grupos criminosos, como quadrilhas de madeireiros e pescadores ilegais. Radis se solidariza com as famílias das vítimas e repercute a pergunta ainda sem resposta: Quem mandou matar Bruno e Dom?

RADIS

edição 237 ■ jun 2022

CAPA: ILUSTRAÇÃO DE EDUARDO DE OLIVEIRA

- EDITORIAL
- 3** É hora de mudar a história
 - 4** VOZ DO LEITOR
 - 5** SÚMULA
- CAPA | EDUCAÇÃO
- 10** Reparação histórica
 - 16** Entrevista | Cássia Maciel: "Estamos apenas começando"
 - 18** Heteroidentificação
 - 19** Muito além do vestibular
 - 24** As pioneiras

- 26** Entrevista | Claudio Alves: "Estamos fazendo história"
- TABAGISMO
- 28** "Cigarro eletrônico é cigarro"
- RADIS 40 ANOS
- 32** Memória da Saúde
- SERVIÇO
- 34** PÓS-TUDO
- 35** Os caminhos da transição ecológica

É HORA DE MUDAR A HISTÓRIA

Não se pode falar em ações afirmativas, como o sistema de cotas, que frequentemente é questionado, sem olhar para o passado e refletir sobre o racismo estrutural, a desigualdade social e seus resultados.

A história pouco lembrada é de cinco milhões de seres humanos arrancados de suas terras para trabalhos forçados num grande território escravista. Foram quatro séculos de escravidão negra, que quando abolida deixou a população liberta ao abandono da própria sorte, expulsos das fazendas, sem teto, sem comida e sem garantias do Estado nem qualquer ação de políticas públicas em seu favor. Saíram das senzalas para as favelas.

A escravidão está na base do alto custo social, econômico, político e humanitário que se paga até hoje. Está na violência autoritária que não poupa vidas e justifica ações criminosas, como a de agentes públicos, que cruelmente assassinaram um homem negro, jogando-o no porta malas de um carro, que serviu de câmara de gás, e no extermínio sem julgamentos de supostos bandidos nas favelas.

Segundo e escritora Luana Génot, as gerações atuais são a continuidade “de uma história que acorrentou, desumanizou e matou milhões de pessoas negras e as impediu, assim como seus descendentes, de largarem do mesmo ponto de partida na corrida por oportunidades”.

Embora a Constituição estabeleça direitos legais de igualdade para todos os cidadãos brasileiros, na prática tais direitos não são cumpridos para todas as camadas sociais, criando um clima de discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros.

Com mais de um século de atraso, o Brasil propôs ações afirmativas, como o sistema de cotas, o que gerou acirrada polêmica no Brasil e ações judiciais, principalmente contra cotas para pessoas pretas, pardas e indígenas nas universidades e no serviço público. Uma decisão do Supremo Tribunal Federal pacificou a discussão em 2012, estabelecendo a

temporalidade de 10 anos, que se encerra neste ano.

Os relatos colhidos pela repórter Licia Oliveira para esta edição atestam a importância e efetividade do sistema de cotas nas universidades, num país que necessita urgentemente romper suas desigualdades estruturantes e seu legado histórico de exclusão étnico-racial.

É inegável que a educação está intimamente ligada às oportunidades de acesso ao trabalho e renda. E quanto maior a desigualdade, mais distantes estão as chances de ingresso numa universidade, mesmo pelo sistema de cotas.

Para oportunizar a preparação para os vestibulares de universidades públicas, cursinhos pré-vestibulares que atendem gratuitamente ou com taxas simbólicas a pessoas oriundas de escolas públicas, principalmente negros e negras, são uma alternativa de acesso aos estudos para as camadas de jovens mais pobres. Como bem disse um dos estudantes de jornalismo que assina o texto sobre o assunto para a Radis, esses cursinhos são “espaços de resistência e iniciativas que evidenciam a deficiência das políticas públicas voltadas para a educação”, que junto com a cultura é sucateada por governos que investem para apagar a ancestralidade do povo e cultuam a ignorância.

Quem quer trocar o fumo de cigarros comuns pelos eletrônicos, na esperança de diminuir os riscos à saúde, deveria pensar em excluir os dois para viver com mais saúde. É certo que um grande número de sabores e aromas, aliados a aparências atrativas e a ausência do inconveniente odor que os cigarros comuns exalam, não torna os cigarros eletrônicos menos danosos. Ao contrário, segundo especialistas que vêm acompanhando e avaliando a introdução destes cigarros no Brasil, os danos que causam são maiores e mais rápidos, principalmente entre os mais jovens, considerados presas fáceis pela poderosa indústria do fumo, cujo objetivo maior é o aumento de seus lucros.

Boa leitura!

■ JUSTA HELENA FRANCO SUBCOORDENADORA DO PROGRAMA RADIS

SUA OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo

E-mail radis@ensp.fiocruz.br Tel. (21) 3882-9118 End. Av. Brasil, 4036, Sala 510 Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ CEP 21040-361

REDUÇÃO DE DANOS

Mais uma reportagem essencial (Radis 236)!

Larissa Sampaio, Rio de Janeiro, RJ



CARTAS DA PANDEMIA

Ótima leitura. É sempre um prazer ler e compartilhar cada informação. Parabéns aos responsáveis pela elaboração e por compartilhar algo tão rico. Meu muito obrigado.

Adevania Barros, São Paulo, SP

122 ANOS DA FIOCRUZ

Parabéns e muito obrigada pelo trabalho intenso e permanente pela ciência, saúde pública e pelo SUS! Que muitos outros anos venham com reconhecimento e fortalecimento desta instituição e de seus profissionais! Saúde, Fiocruz!

Janete Abrahão, via Instagram

Uma obra de arte!

Alessandra Morioka, via Instagram



EXPEDIENTE

RADIS® é uma publicação impressa e digital da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa Radis de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

FIOCRUZ

Nísia Trindade
Presidente

ENSP

Marco Menezes
Diretor

PROGRAMA RADIS

Rogério Lannes Rocha
Coordenador e editor-chefe

Justa Helena Franco
Subcoordenadora

REDAÇÃO

Luiz Felipe Stevanim
Editor

Bruno Dominguez
Subeditor

Reportagem
Adriano De Lavor, Ana Cláudia Peres, Liseane Morosini, Licia Oliveira

Arte
Felipe Plauska

Documentação
Eduardo de Oliveira
(arte e fotografia)

Administração
Fábio Lucas, Ingridi Maia da Silva

QUE ASSUNTOS VOCÊ GOSTARIA DE LER NA RADIS?



ASSINATURAS

Assinatura grátis (sujeita a ampliação) Periodicidade mensal Impressão Edigráfica gráfica e editora Ltda Tiragem 124.850 exemplares

USO DA INFORMAÇÃO

Textos podem ser reproduzidos, citada a fonte original.



666 MIL MORTES

O BRASIL ULTRAPASSOU AS 666 MIL MORTES POR COVID-19, EM 25 DE MAIO. A MÉDIA MÓVEL DE MORTES NAQUELA SEMANA ERA DE 105 POR DIA, MANTENDO TENDÊNCIA DE ESTABILIDADE.



Ainda não acabou: casos de covid voltam a subir

A taxa de testes positivos para covid-19 em laboratórios particulares triplicou em um mês, de acordo com levantamento da Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica (Abramed) obtido com exclusividade pelo Uol (26/5). Os testes positivos passaram de 7%, na semana entre 3 e 9 de abril, para 29%, na semana terminada em 21 de maio. A Abramed representa 65% dos laboratórios de diagnóstico do país.

Os resultados positivos por testagem de farmácia também cresceram: apenas nos 15 primeiros dias de maio foram 49,3 mil contra 32 mil registrados em todo o mês de abril. “O índice de positivados [nos testes de farmácia] saltou 54%”, disse Sérgio Mena Barreto, da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma), ao Uol.

A epidemiologista Ethel Maciel, professora da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) afirmou que “o Brasil já tem todos os elementos para uma quarta onda de covid-19”, em entrevista em 23 de maio à rádio CBN. Os elementos apontados por ela são a cobertura vacinal desigual e o fato de, pela primeira vez desde fevereiro deste ano, a taxa de transmissão ter ficado acima de 1.

O médico sanitário Gonzalo Vecina, no entanto, disse ao Uol News (20/5) descartar a iminência de uma quarta onda, por ora. O aumento de casos, para ele, está ligado à adoção de medidas de flexibilização, como o fim da obrigatoriedade do uso de máscaras. “Isso tudo é fruto do relaxamento social e da falta de máscara, e levantar o decreto da emergência sanitária foi um erro”, afirmou.

Vacinação estagnada

A vacinação contra covid-19 está estagnada no Brasil, apontou o Observatório Covid-19 da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em seu boletim de 19 de maio. Segundo os pesquisadores, o ritmo de vacinação na população adulta é lento, especialmente pela adesão substancialmente menor à aplicação da dose de reforço, o que sugere que há uma saturação na busca aos postos de aplicação.

“A estagnação das curvas é uma preocupação. A recomendação é de manter especial atenção a este indicador, pois isso compromete o avanço da cobertura vacinal completa na população, que tem sido a resposta mais efetiva — ou a única, na fase atual — contra a covid-19 no Brasil”, afirma o boletim.

Os números indicam que o percentual de vacinados com a terceira dose diminuiu de acordo com a idade: 95,9% entre os que têm 80 anos ou mais, 63,9% na faixa etária de 55 a 59 anos, 49,8% na de 40 a 44 anos, 35,5% na de 25 a 29 anos até chegar a 25,2% na de 18 a 19 anos. A terceira dose nos grupos mais jovens segue abaixo da média considerada satisfatória pelos pesquisadores.

Fim da emergência sanitária

Entrou em vigor em 22 de maio a portaria do governo federal que determinou o fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) no Brasil pela covid-19, 30 dias após ter sido assinada pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. Por efeito cascata, 23 decretos relacionados à pandemia foram revogados, entre eles, o que instituiu um comitê para coordenar nacionalmente o enfrentamento do coronavírus.

Varíola dos macacos acende alerta global

Casos de varíola dos macacos, vírus que infecta animais e também pode acometer seres humanos, foram confirmados em 19 países onde a doença não é endêmica, até 26 de maio, e acenderam alerta global na comunidade científica. A zoonose — doença infecciosa que passa de animais para humanos — é causada por um vírus da família pox (ortopoxvírus), a mesma da varíola humana, única doença oficialmente erradicada no mundo, em 1980. Entenda o que já se sabe sobre os novos casos da doença.

Quando surgiu?

A varíola dos macacos foi descoberta pela primeira vez em 1958. O primeiro caso em humanos foi registrado em 1970 na República Democrática do Congo. Desde então, alguns casos foram relatados em regiões de floresta da África Central e Ocidental. Em 2022, o primeiro caso foi identificado (5/5) na Inglaterra em um homem que desenvolveu lesões na pele. Já são mais de 200 casos confirmados no mundo em cerca de 20 países, segundo o Uol (26/5) — o Brasil até o momento está fora da lista. Como informa o site do Instituto Butantan (20/5), os casos relatados na Europa, nos Estados Unidos, no Canadá e na Austrália parecem não ter relação com as regiões africanas, o que pode indicar uma possível transmissão comunitária do vírus.

Como é a doença?

Os sintomas podem ser leves ou graves: incluem febre, dor de cabeça, dores musculares e nas costas, linfonodos inchados, calafrios e exaustão. Lesões na pele se desenvolvem primeiro no rosto e se espalham para outras partes do corpo. A transmissão ocorre pelo contato com gotículas expelidas por seres humanos ou animais infectados ou pelo contato com as lesões na pele, além de roupas e materiais contaminados.

Vacina e precaução

A virologista Clarissa Damaso, membro do Comitê Assessor para a Pesquisa da Varíola da Organização Mundial da Saúde (OMS), afirmou ao jornal O Globo (21/5) que não há motivo para pânico, “porque se trata de uma doença conhecida para a qual temos tratamento e vacina”, mas exige preocupação e planejamento das autoridades sanitárias para adotar medidas de prevenção.

Dengue: muitos casos; poucos testes

Os números da dengue no país este ano são assustadores. Reportagem no Jornal Nacional (16/5) alertava para o fato de que, em apenas três semanas, os casos da doença — causada por um vírus e transmitida pela picada do mosquito *Aedes aegypti* — cresceram 40% em todo o país. A região Centro-Oeste é a recordista com 1.171 casos por 100 mil habitantes, seguida das regiões Sul e Sudeste. Em 2022, 265 pessoas morreram vítimas da dengue — a maioria em São Paulo, Santa Catarina, Goiás e Bahia.

Mas, apesar dos números, as secretarias estaduais de Saúde queixam-se de que não estão recebendo do Ministério da Saúde o material para fazer os testes, ou que têm recebido em menor quantidade. A pasta divulgou uma nota (16/5) informando que uma nova remessa dos insumos para os testes diagnósticos estava prevista para ser entregue até junho.

De janeiro a maio houve um aumento de **151%** em comparação com o mesmo período do ano passado. Até 7 de maio, foram notificados mais de **757 mil** casos prováveis

Fonte: Ministério da Saúde



Enfermagem conquista piso salarial

A Câmara dos Deputados aprovou, em 4 de maio, a criação do piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos, auxiliares de enfermagem e parteiras. O Projeto de Lei 2.564/2020 fixa em R\$ 4.750 o salário inicial de enfermeiros, a ser pago nacionalmente por serviços de saúde público e privados. Para as demais categorias, o cálculo será feito proporcionalmente: 70% do piso para técnicos de enfermagem e 50% para auxiliares e parteiras. O texto aprovado, por 449 votos a 12, também prevê a atualização monetária com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). O piso salarial da Enfermagem era discutido no Congresso desde 1989, como lembrou a Agência Câmara (4/5), destacando ainda que o total desses profissionais chega a 1,07 milhão de trabalhadores e trabalhadoras. O projeto ainda precisa de sanção presidencial.

PIXELES

Cotão da saúde indica favorecimento político

Uma reportagem publicada pelo jornal O Globo (15/5) revelou que verbas do Fundo Nacional de Saúde (FNS) foram transformadas em fundo eleitoral e irrigaram prefeituras aliadas ao governo Bolsonaro em 2021. Segundo o jornal, boa parte dos R\$ 7,4 bilhões do FNS foram distribuídos por meio de emendas a redutos eleitorais de aliados do presidente e integrantes do Centrão.

Entre 2019 e 2021, a quantia em emendas para o FNS aumentou 112%, devido à expansão do poder do Congresso sobre o Orçamento e ao avanço da pandemia, destacou o jornal. Quase metade desse aumento ocorreu via orçamento secreto, que permite distribuir

verbas públicas de maneira sigilosa e desigual e garante ao governo apoio político da base parlamentar.

O montante recebido por cada parlamentar foi proporcional ao apoio dado ao governo. O site The Intercept (16/5) registrou o silêncio da grande imprensa sobre o mecanismo de distribuição de recursos: o assunto sequer esteve na capa de outros veículos no dia seguinte. Internautas reagiram e, em 19/5, a hashtag “Bolsolão do SUS” esteve entre os assuntos mais comentados no Twitter. O site da Carta Capital (20/5) informou que cabia ao Ministério da Saúde publicar as ordens de pagamento no Diário Oficial.

Críticas à nova caderneta da gestante

Uma versão da caderneta da gestante publicada pelo Ministério da Saúde (4/5) causou polêmica e preocupação entre especialistas, profissionais de saúde e parlamentares. Isso porque, na contramão da humanização do parto, o novo documento incentiva a cesárea eletiva, defende a amamentação como método contraceptivo e a episiotomia [corte do períneo — região entre a vagina e o ânus — para aumentar o canal de saída da criança], entre outras recomendações de práticas comprovadamente danosas a mulheres e seus bebês.

Entrou na cartilha, por exemplo, a manobra de Kristeller, cujo objetivo é acelerar o parto aplicando pressão externa ao útero da mulher. O método implica em risco de ruptura uterina, fratura das costelas, dano ao esfíncter anal e traumatismo craniano no feto, como lembrou reportagem no Correio Braziliense (12/5), sendo considerado, portanto, violência obstétrica (Radis 201). A manobra de Kristeller inclusive já havia sido banida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo próprio Ministério da Saúde.

No Uol (11/5), a colunista Larissa Cassiano lembrou ainda a perda de espaço das doulas, na nova cartilha. Vale lembrar que a caderneta da gestante é utilizada pelo SUS como forma de informar às mães sobre pré-natal, parto e primeiros meses de vida do bebê.

Em nota (18/05), a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) repudiou todo o processo de concepção e divulgação do documento. Segundo a entidade, a nova carteira da gestante reafirma a postura autoritária do Ministério da Saúde em relação ao cuidado obstétrico. “É elaborada de forma monocrática, sem discussão com representantes de estados e municípios e com movimento de mulheres/feministas, desconhecendo estudos e evidências científicas no campo da saúde reprodutiva e perinatal”. A nota pontua ainda que o documento permite a retomada de práticas ultrapassadas e desrespeita pactuações vigentes. [Leia a nota da Abrasco na íntegra: <https://bit.ly/3LPxyvJ>].



A líder indígena e coordenadora da Apib, Sonia Guajajara, foi eleita uma das 100 pessoas mais influentes do mundo pela revista Time

Uma indígena e um cientista brasileiros na lista dos mais influentes

“Os pais de Sônia Guajajara não sabiam ler e ela teve que sair de casa aos 10 anos para trabalhar. Apesar disso, ela desafiou as estatísticas e conseguiu se formar na universidade. Desde tenra idade, ela lutou contra forças que tentam exterminar as raízes de sua comunidade há mais de 500 anos”. Assim começa o texto de Guilherme Boulos que apresenta a ativista indígena brasileira na lista das pessoas mais influentes de 2022, publicada anualmente pela revista americana Time. Sônia divide a láurea com mais 12 pessoas na categoria “pioneiros”, entre elas o cientista brasileiro Tulio de Oliveira, um dos responsáveis por identificar a variante ômicron do coronavírus, sequenciada na África do Sul, no fim de 2021.

No texto, Boulos, que é líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e foi companheiro de Sônia na chapa presidencial em 2018, destacou o protagonismo da coordenadora-executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) “na linha de frente da luta contra a tentativa do governo Bolsonaro de destruir as terras

indígenas, junto com a floresta amazônica” e sinalizou para o papel que ela desempenhou na luta em defesa dos direitos indígenas durante a pandemia de covid-19. “Sônia é uma inspiração, não só para mim, mas para milhões de brasileiros que sonham com um país que salda suas dívidas com o passado e finalmente acolhe o futuro”.

A homenagem a Tulio de Oliveira foi assinada pelo camaronês John Nkengasong, diretor dos Centros Africanos para Controle e Prevenção de Doenças, que destacou que o trabalho do brasileiro representa “uma mudança de paradigma que simbolizou que a excelência científica pode ter origem na África”. O brasileiro, que desde 1997 vive na África do Sul, é diretor do Centro para Respostas e Inovação em Epidemias (Ceri) do país e foi reconhecido ao lado de Sikhulile Moyo, diretor do laboratório para o estudo do HIV do governo de Botsuana, em parceria com a Universidade Harvard. A lista completa dos homenageados pode ser acessada em <https://bit.ly/3z12cj8>

1 milhão vivem perto de barragens de risco

Essa é a conclusão da análise do jornal alemão Deutsche Welle (DW), a partir de dados do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB). Os dados, publicados no site do DW em português (29/4) apontam que “sem manutenção adequada e supervisão governamental, estruturas de alto risco ameaçam cidades inteiras”. Segundo o documento, 1.220 barragens são consideradas com alto potencial de dano.

“Alto risco” indica que uma barragem apresenta danos estruturais, falhas de projeto ou falta de manutenção adequada — o que, na prática, significa que há um risco maior de erros e incidentes que podem levar ao rompimento da estrutura. “O alto potencial de dano, por sua vez, significa que um eventual acidente pode gerar grandes custos ambientais, humanos ou econômicos”, destacou a publicação.

De olho no homeschooling

Um projeto de lei aprovado no plenário da Câmara dos Deputados, em 18 de maio, acendeu sinal vermelho para a educação do país, ao conceder aos pais a possibilidade de educar os próprios filhos sem enviá-los à escola — prática conhecida como homeschooling. Para Marcelle Frossard, assessora de políticas sociais da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a medida pode colocar em risco o direito à educação, aumentar a desigualdade social e educacional no país, estimular a desescolarização por parte de movimentos ultraconservadores e deixar milhares de crianças e adolescentes desprotegidos e expostos à violência.

“Em um país tão desigual quanto o Brasil, deixar de investir na escola não é uma opção”, disse a especialista em entrevista ao Yahoo Notícias (27/5). Ela afirma que a modalidade abrirá brechas para a redução de investimentos em educação pública e critica que a pauta seja uma prioridade neste momento. “A defesa da educação domiciliar é sintoma de uma sociedade cada vez mais individualista que desacredita nas construções coletivas, como a educação”.

Em matéria no G1 (18/5), a ONG Todos pela Educação classificou a medida como “equivocada”. A entidade se colocou enfaticamente contra o avanço do projeto, cujo texto ainda precisa ser analisado pelo Senado, onde poderá sofrer mudanças. Se for alterado, volta à Câmara. Caso contrário, segue para sanção ou veto do presidente. Atualmente, a prática não é permitida no país por uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

De outra parte, governistas apoiam o texto do projeto, aprovado por 264 votos contra 144 e duas abstenções. Bandeira antiga de Jair Bolsonaro, a educação domiciliar estava entre as metas prioritárias para os primeiros cem dias de governo, como lembrou o G1. Hoje, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) exige que os pais ou responsáveis matriculem os filhos em escolas a partir dos quatro anos de idade.



Mensalidade nas universidades públicas

Uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que tramita na Câmara dos Deputados propõe que as universidades públicas passem a cobrar mensalidade de parte dos alunos. A PEC 206 foi proposta pelo General Peternelli (União-SP) e retirada temporariamente da pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em 24/5, mas deve voltar à discussão. O projeto estabelece que a gratuidade valerá apenas para estudantes comprovadamente carentes, definidos por comissão de avaliação, com base em valores definidos pelo Ministério da Educação. A pauta polêmica gerou reações negativas de entidades estudantis, universidades e parlamentares da oposição, como registrou o Correio Braziliense (24/5).

“Precisamos de mais investimento em educação. Até porque, 70% dos alunos em universidades públicas têm renda per capita de um salário mínimo”, afirmou Bruna Berlaz, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), ao jornal. Já Renato Janine Ribeiro, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da

Ciência (SBPC) e ex-ministro da Educação, declarou que a medida é sem sentido, pois o perfil dos estudantes das universidades mudou. “Cada vez temos mais alunos que vêm das escolas públicas e descendentes de africanos ou de indígenas”, constatou, ao mesmo jornal. A BBC Brasil (25/5) relembrou pesquisa da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) de 2019 que aponta que 70,2% dos estudantes das federais têm renda familiar mensal de até 1,5 salário mínimo per capita.

Especialistas ouvidos pela BBC lembraram que a cobrança pode dificultar o acesso de pessoas mais pobres e abrir caminho para que o financiamento das instituições seja reduzido ou mesmo extinto no futuro. Claudia Costin, diretora do Centro de Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), afirmou que a medida pode desobrigar os governos de financiar as universidades “ao fantasiar que vai ter financiamento importante por meio de mensalidades”.



REPARAÇÃO HISTÓRICA

Ao completar 10 anos, Lei de Cotas contribui para corrigir desigualdades e democratizar as universidades brasileiras

LÍCIA OLIVEIRA

Da comunidade remanescente de quilombo de Campo Grande, localizada no município de Santa Terezinha, no Recôncavo Baiano (a 112 km de Salvador), a jovem Graciely Carmo começou a sonhar, aos 15 anos, com a possibilidade de ser médica. Desde pequena, ela assistia filmes em que a profissão estava presente e também observava, com curiosidade, a atuação de trabalhadores da saúde. Hoje, aos 22 anos, a estudante cursa o terceiro período de Medicina pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), depois de ter concluído o Bacharelado Interdisciplinar em Saúde. Graciely teve a porta de entrada aberta para a universidade pública através da política de cotas.

As histórias de Graciely e de tantos outros estudantes negros, indígenas e oriundos de escolas públicas que conseguiram acessar o ensino superior público no Brasil através das cotas fazem parte de um processo de reparação histórica. Inseridas em um conjunto de ações afirmativas, as cotas começaram a ser adotadas em algumas instituições superiores de forma independente ainda no início dos anos 2000, o que ampliou o debate e

colocou na agenda pública a necessidade de construir medidas capazes de reverter as desigualdades no acesso à universidade. Graças à pressão social, principalmente de movimentos negros, foi aprovada a Lei 12.711 de 2012, que instituiu a reserva de vagas nas universidades e instituições federais de ensino e pode passar por revisão ainda este ano, ao completar dez anos de sua implementação.

Que balanço é possível fazer dos 10 anos da lei que garantiu metade das vagas nos cursos de graduação para o sistema de cotas? Como a cara da universidade brasileira mudou neste período e de que maneira as ações afirmativas asseguraram a oportunidade de ingresso no ensino superior a estudantes que, de outra forma, estariam excluídos da formação universitária? *Radis* conversou com estudantes negros e negras que ingressaram pelo sistema de cotas, para entender as dificuldades enfrentadas e como as ações afirmativas foram transformadoras em sua vida e ajudaram no combate ao racismo. Ouviu ainda especialistas que estudam o assunto para mostrar como as cotas também ajudaram a modificar todo o ecossistema das universidades.

Era um sonho distante, talvez impossível, para uma menina do interior, da zona rural de uma comunidade quilombola

10 ANOS DEPOIS

O debate sobre as cotas, principalmente com recorte racial, nasceu de discussões propostas pelo movimento negro e venceu a resistência de determinados setores da sociedade e das universidades. Mesmo antes da lei federal, algumas universidades adotaram o seu próprio sistema de cotas, como foi o caso da UFBA, que iniciou a reserva de vagas em 2004. Ainda no início dos anos 2000, outras grandes instituições foram pioneiras ao implementar o processo como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e a Universidade de Brasília (UnB).

Assinada pela presidente Dilma Rousseff em 2012, a Lei 12.711 estabeleceu que 50% das vagas para ingresso nos cursos de graduação e técnico deveriam ser destinadas a estudantes oriundos de escolas públicas — uma parcela dessas vagas deve ser preenchida por pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas e por pessoas com deficiência, de acordo com a proporção existente no estado em que se encontra a instituição de ensino. Dez anos depois da implantação, os dados e as histórias de vida mostram como a cara da universidade foi modificada: segundo a pesquisa Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estudantes pretos e pardos passaram a ser maioria nas instituições públicas de ensino superior do país (50,3%) pela primeira vez em 2018. Contudo, continuam sub-representados, porque correspondem a 55,8% da população.

Ao completar 10 anos da lei, havia a previsão de que ela fosse revista pelo Congresso Nacional. No entanto, a redação não estabelece como esse processo ocorreria e em que condições. Para Jefferson Belarmino, pesquisador do Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ações Afirmativas (Gemaa), da Uerj, a implementação das cotas nas universidades trouxe mais diversidade para esse espaço e “o grupo mais afetado do ponto de vista positivo foi a população negra”. Para o pesquisador, algo que precisa melhorar é a inserção de outras parcelas ainda socialmente excluídas.

Jefferson ressalta que, em algumas instituições, há ações que contemplam outros grupos, como é o caso da UFBA, em que há reserva de vagas para pessoas transsexuais, quilombolas, indígenas aldeados e refugiados. “Essas políticas tendem a ser mais fortes em contextos em que o quadro burocrático-universitário é mais progressista e onde também existe uma movimentação social organizada que consegue estabelecer um diálogo coeso com as universidades. Mesmo assim, essas políticas são ineficientes no caso desses grupos de pessoas”, avalia.



Foi justamente por meio dessa reserva de vaga, considerada pela UFBA como vaga supranumerária (além daquelas consideradas obrigatórias pela lei federal), que Graciely conseguiu ingressar no Bacharelado Interdisciplinar em Saúde. A estudante quilombola do interior da Bahia estudou em escola pública durante a vida toda. Depois de realizar a primeira tentativa pelo Enem, não atingiu a média necessária para Medicina. No ano seguinte, tentou novamente e soube desta cota específica para quilombolas. Ao perceber que a nota não seria suficiente para a sua primeira opção, decidiu-se pelo bacharelado. A aprovação no curso de Medicina viria tempos depois.

Ao lembrar o tempo que passou estudando em casa sozinha na expectativa de conseguir entrar na universidade, Graciely ressalta que, desde o início, sabia que seria um caminho difícil. “Era um sonho distante, talvez impossível, para uma menina do interior, da zona rural de uma comunidade quilombola, em situação de vulnerabilidade socioeconômica”, conta. Mas nenhum desses fatores foi suficiente para fazê-la desistir do ensino superior. “Como não tinha condições de pagar nenhum cursinho, eu acabei estudando sozinha em casa e montei meu próprio cronograma. Acordava às oito horas da manhã e só parava de estudar às onze e meia da noite, todos os dias, incluindo os domingos, porque sabia que se não fosse daquele jeito, não conseguiria passar”. Ela também contou com a ajuda de professores de sua cidade e usou livros doados pela escola que não seriam mais utilizados.

NÃO É SÓ A VAGA

Para indígenas aldeados, a dificuldade de acesso é ainda maior. “Os processos seletivos não levam em consideração a realidade indígena. Também há toda o debate decolonial de não só ceder as vagas, mas trazer o conhecimento indígena para o próprio espaço universitário”, explica Jefferson. Esse cuidado com a realidade dos povos originários ainda é pouco observado, segundo o pesquisador, pois a maioria das instituições adota apenas a reserva de vagas obrigatórias pela lei 12.711. “Isso significa que, para esses indígenas entrarem na universidade, eles precisam se submeter ao processo seletivo do SiSU (Sistema de Seleção Unificada), o que dificulta para alguns grupos, especialmente aqueles que são bilíngues e tem alguma deficiência de formação nos níveis fundamentais”, completa.

Uma década de implementação é só o primeiro passo para enfrentar o racismo estrutural e mudar a realidade de famílias antes excluídas do ensino superior, na visão de Cássia Virgínia Maciel, pró-reitora de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da UFBA. “São famílias que têm os primeiros membros, depois de gerações, entrando na universidade, ou seja, ascendendo ao conhecimento acadêmico e à obtenção de um diploma para a inserção no mercado de trabalho”, pontua. Cássia vivenciou o potencial transformador das cotas em seu

próprio cotidiano: a mulher negra que hoje é pró-reitora da UFBA cursou Psicologia na mesma universidade após ingressar pelo sistema de cotas.

Cássia defende que é preciso não apenas garantir a vaga, mas criar condições para a permanência dos estudantes. “Ações afirmativas não são só reserva de vagas. Existe uma política de acesso que é a reserva, mas também existe a questão da permanência, em que a principal estratégia é a assistência estudantil, seja restaurante, creche, transporte, auxílio-moradia, auxílio-saúde”, atesta [Leia entrevista na página 16].

Graciely é uma das estudantes que recebe o auxílio-permanência. “Eu falo para todo mundo que essa bolsa permanência é realmente o que me permite continuar na faculdade, porque os gastos de uma cidade grande como Salvador nem se comparam ao de uma cidade pequena, principalmente para quem veio de uma vida no interior, com um estilo de vida mais simples”, descreve. Despesas como aluguel, transporte, alimentação, serviço de internet e tantos outros gastos comuns na vida de um universitário dificultariam a sua permanência no curso de Medicina. Para complementar a renda, ao longo de sua jornada acadêmica, ela também se tornou bolsista de iniciação científica e monitoria.


SONHO DE SER MÉDICA

Outra estudante de Medicina da UFBA, Daiane Silva, de 26 anos, gasta em média duas horas de viagem no trajeto de casa até o campus da universidade. Estudante do oitavo semestre do curso e moradora de Itapuã, ela ingressou pela reserva de vagas para pessoas negras, em 2015, no Bacharelado Interdisciplinar (BI) em Saúde. A transição para Medicina ocorreu de forma diferente, pois em seu caso ela disputou pelas cotas, mas dentro das 36 vagas que são destinadas para os alunos que obtiveram nota mais alta durante o BI em Saúde.

O sonho de ser uma médica preta formada por uma universidade pública esbarrou no momento mais difícil que viveu na universidade, com a mudança de curso. “Quando entrei para Medicina, senti uma diferença gigantesca, tanto na realidade dos colegas quanto na quantidade de matérias e carga horária dedicada. Não tinha tantos colegas com uma realidade como a minha, seja em renda ou etnia”, afirma a estudante, que planeja cursar Residência em Ginecologia e Obstetrícia. Essa é uma decisão que acalenta desde antes da faculdade, quando já pensava em se tornar uma médica mais empática para ajudar a quebrar o ciclo de violência obstétrica que acomete muitas mulheres, especialmente as negras, na hora do parto, com agressões verbais e até físicas, assim como o uso de procedimentos que já não deveriam ser utilizados.

Graciely também afirma que deseja se tornar uma boa profissional, que pensa muito em sua formação e pretende ser uma médica com um olhar mais humanizado para





Com a minha história de vida e minha experiência, é impossível falar que uma cota não faz diferença”

atender melhor seus pacientes. Ela conta que o seu início em Salvador foi a fase mais complicada do ingresso na universidade. “Era tudo muito novo pra mim. Tinha medo de absolutamente tudo quando eu cheguei aqui: de pegar um ônibus, da entrada e saída da faculdade, de andar na rua e me perder, de não dar conta do conteúdo. Mas sempre fui uma pessoa muito resiliente, então eu sabia que no final alguma coisa daria certo”, ressalta, acrescentando que cursar Medicina sempre foi o seu maior desejo.

A futura médica também afirma que o apoio da família e dos amigos é fundamental para lidar com as dificuldades. “Sempre falo para os calouros que estão entrando na faculdade: ‘Façam amizade com pessoas que te apoiem, porque a faculdade em si é um universo muito bonito, você aprende muito e vivencia muita coisa interessante, mas se quiser fazer isso tudo sozinho você vai falhar, porque é uma carga pesada de estudo e é preciso se doar por inteiro’”, reflete.

Os percalços de uma estudante preta e cotista também incluem a discriminação. Graciely afirma nunca ter sofrido alguma ação de forma direta, mas que já se sentiu constrangida em certos espaços em que outras pessoas defendiam que as cotas são injustas ou que não deveriam existir. “E isso realmente me magoa bastante porque, com a minha história de vida e minha experiência, é impossível falar que uma cota não faz diferença”, afirma. Por tudo isso, ela considera essencial que o espaço universitário seja ocupado por pessoas de diferentes origens sociais. “A dificuldade é real e diária, mas a gente dá a mão ao outro e se apoia, justamente por saber que vamos conseguir continuar nesse espaço, que é nosso também por direito”.

Na universidade, Daiane já ouviu alguns professores falarem que o nível da faculdade caiu depois da entrada de cotistas. De acordo com Jefferson, a contestação das cotas ainda está presente no ambiente universitário e é uma

situação relatada por alunos que ele entrevistou durante as pesquisas desenvolvidas no Gemaa, da Uerj — um dos principais núcleos de estudo sobre as ações afirmativas. “Existe uma pressão muito grande para eles terem um bom aproveitamento na universidade. Então, eles relatam que um dos modos indiretos utilizados pelas pessoas contrárias às cotas é questionarem a sua capacidade em termos de conhecimento”; aponta. Segundo o pesquisador, existe um embate intenso, sobretudo com professores. “Essa é uma pressão cotidiana que bate muito forte na vida deles e que causa bastante sofrimento, inclusive psicológico”, afirma.

Mesmo depois de 10 anos das cotas terem se tornado obrigatórias por lei federal e de inúmeros estudos apontarem o desempenho similar de alunos cotistas e não cotistas, ainda há aqueles que afirmam que o sistema de cotas “baixou o nível” das universidades — esse era um argumento já adotado antes da criação da lei, dizendo que os cotistas, em tese, chegariam mais despreparados, sobretudo para os cursos de ciências exatas. “Dados da Uerj mostram, que no quadro geral, as notas são bastante parecidas e que, para além disso, existem estudos bastante consistentes que indicam que os estudantes cotistas tendem a desistir menos dos cursos que os não cotistas”, aponta o pesquisador.

Para a pró-reitora da UFBA, o engajamento não é apenas do estudante cotista como também das famílias que se esforçam para que os alunos consigam completar os seus cursos; em contrapartida, estes também se sentem empenhados por causa da luta histórica para que eles pudessem ocupar aquele lugar. Para estudantes negros, indígenas, oriundos de escolas públicas e de outros segmentos marginalizados, a vaga é um direito conquistado. “Geralmente os alunos cotistas concluem o curso no tempo mínimo ou médio, exatamente pela expectativa de fazer jus ao seu direito, mas também para ter logo um retorno para dar às suas famílias”, conclui.

Nunca houve, de fato, uma política pública para essa população após a abolição da escravidão”

LUTA CONTRA O RACISMO

Nauê Pinheiro ingressou no curso de Ciências Políticas da UnB em 2009, poucos anos após a implementação do sistema de cotas na universidade. Oriundo de Brasília, sempre estudou em escola pública e frequentou a universidade quando a presença de pessoas não brancas entre o alunado ainda era rara, especialmente em cursos como Direito e Medicina. Percebia as dificuldades dos colegas que estavam na mesma condição que ele. Apesar de ter conseguido participar de projetos da universidade, também precisou trabalhar para complementar a renda até conseguir um estágio.

“A oportunidade de estudar na UnB atravessa completamente o meu caminho, inclusive dentro da minha atuação profissional hoje na área de Direito, e me abriu muitas portas — portas que não sei se teriam sido abertas em outros locais”, relata. Nauê atualmente é advogado e cientista político, conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/DF) e professor universitário.

Inúmeras situações de discriminação pelas quais passou — muitas delas veladas — foram responsáveis por despertar a sua consciência sobre o racismo estrutural. Após a primeira graduação, em Ciências Políticas, a entrada no mercado de trabalho foi dificultada por seleções que fluíam bem até chegar a hora da entrevista, quando era dispensado. Para Nauê, hoje também assessor jurídico do Observatório do Clima, o programa de cotas “jogou o racismo estrutural brasileiro na cara das pessoas”. “Quem quis enxergar, enxergou. E muitos começaram a se perguntar porque essas pessoas não circulavam nesses espaços antes. A resposta é que nunca houve, de fato, uma política pública para essa população após a abolição da escravidão”, analisa. Outra questão apontada por ele é que a sub-representação no corpo docente diz muito sobre o tamanho do problema.

Por algumas vezes, durante nossa entrevista, Daiane usou o termo “situações indesejadas”, para falar de acontecimentos que ainda mostram como a discriminação atravessa o espaço universitário. Por um semestre inteiro, a futura médica foi confundida insistentemente por um professor que nunca conseguiu “aprender” o nome dela. O professor insistia que ela e outra menina negra da turma se pareciam, apesar do biótipo totalmente diferente, como altura, volume



corporal e cabelo. “No último dia de aula, ele ainda trocava o meu nome com o dela. E na mesma turma tinham quatro meninas com o mesmo perfil: todas brancas, altas, magras e com o cabelo preto e ele nunca as confundiu. Nesse dia, a gente falou: ‘Professor, por favor, faça pelo menos um esforço para gravar os nossos nomes’”, relata.

A questão do racismo estrutural, que faz com que muitos sejam invisibilizados, também já atingiu Cássia Maciel mesmo na posição de pró-reitora. “Pessoas já abriram a porta da minha sala e perguntaram: ‘Cadê a pró-reitora?’ Existe algo relacionado com a questão de gênero e racial, porque há uma informação exposta minha, que é o meu corpo. Por que as pessoas acham que esse corpo não pode ocupar esse lugar?”, questiona.

Para combater um problema social grave como o racismo dentro do espaço universitário público, é preciso que a instituição primeiramente reconheça o problema. Essa é a visão de Nauê, que acredita que as universidades devem se esforçar para conhecer muito bem qual o seu público — “como se deu a chegada das pessoas naquele local, como elas se enxergam e como é o investimento nas políticas de permanência”. “É preciso sempre buscar dados para saber como agir, porque é um problema que vai mudando de acordo com a própria sociedade”, avalia. De acordo ele, ataques ocorridos nas universidades precisam ser reconhecidos, combatidos e punidos.

ESPERANÇA PARA O FUTURO

Após o marco da implementação das cotas e o avanço nas ações afirmativas nas universidades, algo é consenso entre todos os entrevistados: esse é um processo muito importante para a sociedade brasileira, que ainda está em andamento. Ainda há muito a ser melhorado, mas é cedo para se falar em revogação. “O impacto pode ser muito maior. Por isso, precisamos que as próximas gerações também tenham as suas vagas garantidas na universidade em função disso”, afirma Cássia Maciel.

Segundo a pró-reitora, com o impacto positivo dessas medidas em diferentes gerações, será possível também ampliar a diversidade no quadro docente. “É uma diversidade de composição que interfere de modo positivo diretamente no tipo de conhecimento e serviço que a universidade presta à sociedade”, afirma.

Já Nauê acredita que o sistema de cotas precisa vir acompanhado de uma série de outras políticas públicas que consigam ir até a base, “porque se parto do pressuposto de que as pessoas negras são prejudicadas no seu início, dificilmente a gente vai conseguir corrigir essa distorção só na fase da universidade”. Para ele, também é preciso desenvolver estudos e medidas para combater as fraudes, que ainda ocorrem [Leia BOX sobre a heteroidentificação na página 18].

As maiores dificuldades enfrentadas para a continuidade das ações afirmativas nas universidades públicas, para Jefferson Belarmino, são os cortes sofridos pela educação, pois muitas bolsas de permanência estão sendo descontinuadas. “É importante que exista todo um aparato que não se resume só reservar as vagas, pois é necessária uma rede de sustentação para que essas políticas sejam mantidas”, analisa. Segundo o pesquisador, os cortes também refletem em questões como reforma curricular e não apenas nos programas de assistência estudantil.

Outro desafio, segundo Jefferson, é que existe a demanda por maior diversidade no quadro docente nas universidades. Muitos alunos ouvidos por ele em pesquisa relatam o desejo de ter mais professores negros na universidade, assim como uma abordagem nas disciplinas com a introdução de métodos decoloniais, ou seja, “mais autores negros e mais perspectivas que não sejam apenas eurocentradas”. No entanto, Belarmino vê que essa questão ainda está “cambaleante”, pois é preciso repensar as ações afirmativas para a entrada destes professores.

Como saldo positivo, ele avalia que é possível que o sistema de cotas possa modificar o quadro dos professores a longo prazo. Outra reflexão é que a cota é um assunto que não fica restrito apenas “a reserva ou não de vagas

na universidade”. “Há todo um conjunto de questões que vem junto com elas, como por exemplo, a própria conscientização sobre racismo”, reflete. Segundo o professor, os alunos levam esse debate para suas casas e começam a compreender como esse fenômeno faz parte da vida deles após a entrada na universidade.

Daiane acredita que o programa de cotas tem sido fundamental não apenas para mudar a vida do aluno, como também a realidade das famílias — e isso impacta toda a sociedade. Como ponto que precisa ser melhorado, ela reflete sobre as brechas que ainda dão margem para os falsos cotistas. “Literalmente, eles acabam roubando a vaga de pessoas que deveriam estar ali e também a possibilidade de mudança em uma família. É muito comum a gente ouvir que o aluno foi o primeiro da família a se formar em uma universidade. Ele consegue alcançar um espaço na sociedade e muda a realidade daqueles à sua volta”, pondera.

A futura médica tem consciência de que o caminho após se formar aguarda desafios como possíveis situações racistas em que os pacientes possam confundir a com outros profissionais ou mesmo recusar o seu atendimento. Mas ao mesmo tempo, sabe que também outras pessoas “ficarão extremamente felizes ao ver alguém que tem as mesmas feições e traços em uma posição que a gente considera privilégio”. “É muito bom a gente ter a oportunidade de atender pessoas que olham pra você e dizem: ‘Nossa, você parece minha sobrinha; você parece a minha filha’ ou olha pra filha e fala: ‘Está vendo, filha, quero que você seja como ela’”, diz, emocionada. “Estou estudando para oferecer o melhor à minha população, independente de qual cor seja, de qual etnia ou faixa salarial”.

Já Graciely conta que a vida na universidade mudou bastante o seu modo de pensar: “Aprendi muito e hoje em dia sou uma pessoa mais crítica. Quebrei vários tabus, conheci mundos diferentes e isso é algo que não tem preço”, resume. Na visão de Graciely, a política de cotas é a possibilidade de reparação para todos aqueles que vivem em uma situação de vulnerabilidade sócio-econômica, pois acredita que todos têm sonhos. É uma política “essencial para que pessoas como eu realmente possam vivenciar esse espaço que é a universidade pública”. “Muitas pessoas não acreditam que é possível uma mulher quilombola preta cursar Medicina em uma universidade federal. Então essa é uma das maiores alegrias da minha vida: saber que eu sou uma referência na minha comunidade, que eu sou a primeira estudante de Medicina da comunidade remanescente de quilombo de Campo Grande e que serei a primeira médica da minha família”, finaliza.



ENTREVISTA | Cássia Maciel

“ESTAMOS APENAS COMEÇANDO”

Mulher preta e filha de mãe cabeleireira, Cássia Maciel é hoje Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mesma instituição em que se formou em Psicologia depois de ingressar pelo sistema de cotas para pessoas negras. Militante do movimento negro e servidora da universidade, Cássia foi estudante cotista, fez mestrado e está à frente da Pró-Reitoria desde 2014. “Cresci ouvindo que a universidade pública não era para mim”, contou.

Quando a primeira geração de uma família ingressa na universidade, há um impacto positivo que vai

da autoestima ao sentimento de representatividade, ressalta a pró-reitora. Para ela, as cotas trouxeram um processo de aprendizado para a universidade como um todo. Em conversa com a *Radis*, Cássia ainda destacou o papel fundamental das políticas afirmativas e de medidas que garantam a permanência dos estudantes, principalmente daqueles que entraram pelo sistema de cotas. “Ações afirmativas não são só reserva de vagas”, pontuou. Mesmo após 10 anos de sancionada a Lei de Cotas nas universidades, ainda há muito por fazer. “Precisamos que as próximas gerações também tenham as suas vagas garantidas na universidade”.

As ações afirmativas nas universidades são políticas fundamentais para o desenvolvimento social. Estão no cerne da consolidação de um regime democrático.

Que balanço você faz da implementação das cotas nas universidades?

As ações afirmativas nas universidades são políticas fundamentais para o desenvolvimento social. Estão no cerne da consolidação de um regime democrático, porque ao atuar nas mais diversas instâncias, não só nas universidades, elas garantem uma diversidade de composição, de pensamento e de perspectivas sociais. Se as nossas atividades fins são o ensino, a pesquisa e a extensão e as universidades também são equipamentos responsáveis pela oferta de serviços sociais diretos, como a saúde, todo esse conjunto de atividades passa a ser referenciado pela diversidade existente na sociedade. Do ponto de vista dos profissionais que saem formados para o mercado de trabalho ou para uma carreira acadêmica posterior, vamos ter esses postos de trabalho ocupados de maneira mais diversa. Mas como o racismo no Brasil é sistemático e tem um elemento intersubjetivo, que é a discriminação mais direta, no cotidiano, as cotas são importantes também para as famílias. São famílias que têm os primeiros membros, depois de gerações, entrando na universidade, ou seja, ascendendo ao conhecimento acadêmico e à obtenção de um diploma para a inserção no mercado de trabalho. Para a noção de representatividade e de afetividade dessas famílias, quando há um estudante universitário que é o primeiro ou o segundo da família, isso modifica todo o âmbito social e coletivo daquele território.

Que impactos positivos podem ser percebidos nos espaços da universidade?

Hoje a UFBA tem nove modalidades de reserva de vagas. Há os perfis que são da Lei 12.711, ligados à origem de escola pública, renda, autodeclarados como pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência. Criadas pela UFBA, temos ainda reserva de vagas para pessoas trans, refugiados, indígenas aldeados e quilombolas. É uma diversidade de composição que vai interferir de modo positivo diretamente no tipo de conhecimento e serviço que a universidade presta à sociedade. Por consequência, a formação profissional se volta para essas populações, assim como qualifica outros espaços. É uma mudança social importante que estamos começando nesses 10 anos de cotas nas universidades. Estamos apenas começando, ainda estamos nas primeiras gerações. Precisamos que as próximas gerações também tenham as suas vagas garantidas na universidade em função disso.

E para o futuro, o que é preciso aprimorar?

Ao meu ver, é um resultado positivo que deve ser consolidado e aprimorado, no sentido de que o poder público — e o governo federal especificamente, porque é o responsável pelo orçamento das universidades — crie condições de manutenção das ações afirmativas e de permanência da comunidade estudantil que ingressa por reserva de vagas, assim como uma melhor receptividade no mundo do trabalho, porque ações afirmativas não são só reserva de vagas. Existe uma política de acesso que é a reserva, mas também existe a questão da permanência, em que a principal estratégia é a assistência estudantil, seja restaurante, creche, transporte, auxílio-moradia, auxílio-saúde. E ainda é preciso pensar em políticas de pós-permanência para o mundo do trabalho, que absorva o profissional saindo hoje de uma universidade — porque a consolidação das ações afirmativas é para todos os estudantes, não só para quem entrou pelas cotas. Isso vai gerar um processo de aprendizagem da universidade como um todo. Então precisamos continuar nesse caminho e fortalecer cada vez mais as ações afirmativas.

Como os ataques às universidades públicas reforçam esse histórico de exclusão de determinadas parcelas da população?

As decisões em cortar o orçamento das universidades e diminuir os investimentos em pesquisa, em criticar de modo aberto e negacionista todas as contribuições das universidades durante a pandemia de covid-19, são tomadas não por ingenuidade ou simples incompetência, mas são decisões estratégicas de enfraquecer a confiança do povo brasileiro na ciência. Manter a ideia da ciência, da universidade, da arte, da cultura como algo distante e para poucos: “Olha, esse negócio de universidade não é para você”. Eu entrei na universidade pública como estudante aos 30 anos. Já era funcionária da universidade, não sou docente, sou técnica-administrativa. Cresci ouvindo que universidade pública não era para mim, porque eu precisava trabalhar, porque era muito distante, porque tinha horários diferentes ou os conteúdos eram muito difíceis. Esse é um conjunto de falácias postas estrategicamente para que as pessoas se afastem desse espaço. Antes das políticas de ações afirmativas, as universidades tinham um perfil majoritariamente branco de classe média alta. Na narrativa histórica, indígenas, quilombolas, população negra, mulheres, pessoas com deficiência sempre ouviram: “esse espaço não é para você”. Ao negar o acesso

a esse conhecimento sistematizado e qualificado, o indivíduo permanece disponível como massa de trabalho que pode ser alocada de modo exploratório, sem dignidade, a depender daquilo que o mercado precisa.

Como foi sua trajetória de estudante cotista a pró-reitora?

Eu entrei na UFBA como auxiliar de enfermagem na maternidade. Na época, em 2004, já havia a efervescência do debate sobre a reserva de vagas: a gente aprovou em 2004 e implementamos em 2005, antes de ser lei. Sou filha de uma família trabalhadora: minha mãe era cabeleireira e criou a gente sozinha. Eu não comecei no ensino superior na universidade pública e sim em uma faculdade particular. Trabalhei para pagar e depois não tinha mais condições de continuar. Quando entrei na UFBA como servidora, peguei exatamente a discussão sobre a reserva de vagas. Eu já era funcionária e estava grávida de gêmeos. Fiz o vestibular e passei para Psicologia pela reserva de vagas para pessoas negras. Entrei em 2008, no mesmo ano em que meus filhos nasceram, e fiz a graduação em cinco anos. Mas eu já tinha uma vida política ativa na universidade. Era dirigente do sindicato e representante dos técnicos. Entrei em 2014 na Pró-Reitoria e, concomitantemente ao cargo, fiz uma especialização lato sensu e depois segui para o mestrado.

As relações na universidade ainda são atravessadas pelo racismo estrutural?

Somos uma estrutura que está imersa completamente na região, não só em Salvador, mas no estado e na própria região Nordeste. Somos atravessados pelas questões da sociedade: pelo autoritarismo, pela discriminação e pelo racismo. Então, sim. A universidade ainda tem o grande desafio de vencer e combater práticas racistas, sexistas e capacitistas — não só do ponto de vista punitivo, mas principalmente na nossa forma de produzir conhecimento com currículos, ementas, atividades de extensão e programas de pesquisa. Todo esse escopo precisa ser atravessado pela perspectiva das ações afirmativas para que a gente esteja com um programa de universidade antiautoritarismo, o que significa combater essas violências no cerne daquilo que a gente faz, mas ao mesmo tempo cuidar dessa relação do dia a dia, na sala de aula, nos corredores, nas filas.

Qual o papel das ações voltadas para a permanência estudantil, especialmente para aqueles oriundos da reserva de vagas?

A questão da permanência é fundamental. Um conjunto de ações deve estar voltado para a permanência material, como bolsas, auxílios, transporte, restaurante e creche. Há a permanência pedagógica, que tem a ver mais com a relação de ensino, a oferta de oportunidades para desenvolver competências

HETEROIDENTIFICAÇÃO

Na implementação das ações afirmativas, a criação de Comissões de Heteroidentificação — que têm a função de confirmar a identificação étnico-racial de uma pessoa autodeclarada — tem sido um passo importante para evitar fraudes no sistema de cotas. “A heteroidentificação como complemento da auto-declaração é uma etapa fundamental da fiscalização da reserva de vagas para a população negra. Nós não vamos garantir que a população negra, de fato, está ocupando o seu espaço de direito se não houver fiscalização”, explica Cássia Maciel. Segundo a pró-reitora, a Comissão da UFBA foi implementada em 2019 e hoje a heteroidentificação é utilizada em todo o acesso à universidade: graduação, pós-graduação, concursos públicos e outros processos seletivos.

Cássia pontua que a universidade busca capacitar os membros das bancas de heteroidentificação, alertando sobre a questão do racismo científico, prática baseada em uma “avaliação biológica ou biomédica completamente afastada e que não condiz de forma alguma com o momento atual da história brasileira”. Ela também conta que são convidadas pessoas da comunidade, integrantes de movimentos sociais e de órgãos como o Ministério Público para participar do processo. A adoção da metodologia desenvolvida pela professora e socióloga do Instituto Federal da Bahia (IFBA), Marcilene Garcia, denominada Ojuoxê (Olhos da Justiça), ajuda a não transformar o processo em um “tribunal” que vai julgar, por exemplo, se uma pessoa é negra ou não: a banca promove uma conversa com cada um dos candidatos, em que eles são ouvidos e não “julgados”. Segundo Cássia, todo esse processo tem sido um aprendizado para a comunidade universitária.

em leitura, escrita e cálculo, por exemplo. E também existe aquilo que chamamos de permanência simbólica, que é a dimensão do combate às violências e do próprio amparo teórico e metodológico da universidade para isso. Não é só reserva da vaga. No nosso caso, a gente investe nessas três frentes, ainda de modo incipiente. Precisamos de mais. Se você pensar do ponto de vista material, a UFBA tem restaurantes, residências, transporte, intercâmbio, creche, auxílio-óculos, auxílio-saúde, auxílio-moradia, auxílio-alimentação, material didático para o curso de Odontologia, mas esse conjunto de ações ainda é insuficiente. O nosso orçamento ainda é insuficiente, porque o Nordeste tem a menor renda per capita entre estudantes universitários. Na nossa universidade hoje, mais de 70% dos estudantes informam que têm renda abaixo de um salário mínimo e meio. Uma parte das ações só é possível fazer com orçamento, mas a outra parte é vontade política e estímulo: oferecer componentes curriculares que revertam essa questão da discriminação, além de programas de acolhimento e bem-estar psíquico. (L.O)

■ [Leia a entrevista completa no site de Radis]

MUITO ALÉM DO VESTIBULAR

Como os cursinhos populares ou comunitários
vêm possibilitando a inclusão e democratizando
o acesso à universidade

LUÍZA ZAUZA*

COLABORAÇÃO ESPECIAL PARA RADIS*

Com reportagens de Carlos Vinícius Quirino, Júlia Amorim, Juliana Simão, Maria Elisa Araújo, Nicole Santos, Nicole Higino e Rodrigo de Araújo, estudantes de Jornalismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sob coordenação da jornalista de *Radis* e professora, Ana Cláudia Peres

De coincidências a vida está cheia. Por obra do destino ou do acaso, Joyce Rocha e Rayane Figueiredo tiveram os caminhos cruzados em mais de uma ocasião. Na primeira vez, em 2018, durante o processo seletivo do pré-vestibular social Santa Cruz Universitário, trocaram breves cumprimentos antes de começar a dinâmica de grupo, uma das etapas da seleção. Enquanto Joyce acabou entrando para a turma daquele ano, Rayane foi parar em outro cursinho comunitário, o da ONG SerCidadão, localizado na rua detrás da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, onde até hoje, no subsolo da igreja, acontecem as aulas do Santa Cruz Universitário.

Uma morando em Paciência e a outra em Santa Cruz, bairros vizinhos na Zona Oeste do Rio de Janeiro, Joyce e Rayane ainda se esbarraram em eventos extraclasse organizados em parceria com as turmas dos dois cursinhos. Mas foi apenas um ano depois, em 2019, que as duas se tornaram amigas, quando se encontraram nos corredores

do décimo andar do campus Maracanã, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Ambas haviam passado para o curso de Jornalismo. Eram agora universitárias.

Se a amizade da dupla foi modelada por coincidências, os rumos acadêmicos, profissionais e políticos se transformaram pelo pré-vestibular social — iniciativa que prepara estudantes de baixa renda para ingressar na universidade. “A SerCidadão foi e é essencial na minha vida, porque eu entrei sem ter noção dos meus direitos como aluna, como cotista e como cidadã”, diz Rayane, refletindo sobre a lucidez crítica e a sensação de pertencimento que o cursinho comunitário provoca nos alunos. “A SerCidadão me inseriu num mundo que eu não conhecia. Já tinha sofrido machismo, mas não sabia disso. Também nunca tive noção de que morava longe de pontos turísticos e de cultura, mas quando me contaram de um teatro que eu não conhecia, isso me fez questionar o porquê de nunca ter ido até lá”, complementa.

O CAMINHO DA REPORTAGEM

Esta reportagem foi realizada por estudantes de jornalismo da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sob a supervisão da jornalista, professora e repórter de Radis Ana Cláudia Peres. Entre fevereiro e maio de 2022, durante uma disciplina com caráter de laboratório, Carlos Vinícius Quirino, Júlia Amorim, Juliana Simão, Luíza Zauza, Maria Elisa Araújo, Nicole Higino, Nicole Santos e Rodrigo de Araújo mergulharam em todas as etapas do processo, desde a definição da pauta até apuração, redação e edição dos textos. A pauta dos cursinhos populares mobilizou todos. Entre os entrevistados, colegas de curso que passaram pelas salas de aula dos pré-vestibulares comunitários compartilharam suas histórias. Dois dos alunos que assinam a reportagem — Juliana e Rodrigo — também tiveram suas trajetórias iniciadas em cursinhos. A atualidade e relevância do tema renderam boas conversas sobre a democratização do acesso à universidade e sobre o jornalismo. O resultado você confere nas próximas páginas [conteúdo completo disponível no site].

Esse tipo de estalo que Rayane descreve faz parte das premissas dos pré-vestibulares sociais, também chamados de comunitários ou populares. Construir um projeto político-pedagógico que extrapola o conteúdo exigido nas provas de vestibular é um dos grandes objetivos dos cursinhos. Isso porque, além de abrir as portas das universidades para jovens e adultos das mais diversas periferias do Brasil, essas iniciativas educacionais buscam, de maneira local, modificar uma realidade marcada por disparidades socioeconômicas e opressões estruturais que costumam traçar o destino de milhares de brasileiros e brasileiras.

Pelo menos é o que evidencia a dissertação de mestrado de Angela Cristina Santos, educadora e pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (Nides), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). “Nós, obviamente, estamos preparando para a universidade, mas esse não é o único foco”, define Angela, que já foi aluna, professora e coordenadora do Pré-vestibular Comunitário do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) — onde, a propósito, também estudou Marielle Franco, vereadora assassinada em 2018.

“Entendemos que a formação do sujeito é tão importante quanto a preparação para a universidade, já que vai afetar uma série de outros níveis da vida desse indivíduo”, reflete Angela. Esse aspecto também é ressaltado por Fernanda Lacombe, coordenadora do pré-vestibular do Movimento de Educação Popular +Nós, que conta várias turmas distribuídas pelo Rio de Janeiro. “A gente dá matéria, mas também é um trabalho de formação política muito forte, no melhor sentido da palavra”, acrescenta Fernanda, que também leciona as disciplinas de português e literatura no +Nós. A educadora costuma se perguntar: “Por que o pré-vestibular social existe? Por que ainda tem uma desigualdade tão grande dentro da universidade?” [Leia entrevista completa no site].

Seja qual for a alcunha escolhida, os prés populares, comunitários ou sociais concentram seus esforços em torno, principalmente, da classe trabalhadora e da população negra e pobre do país, dando espaço também para outros grupos marginalizados socialmente, como a comunidade LGBTQIA+. “São essas pessoas que estão excluídas da educação. São elas que, muitas vezes, acumulam todas essas opressões”, afirma Fernanda. O próprio pré-vestibular do +Nós divulga abertamente em suas redes sociais que abraça pessoas trans e travestis no projeto — mais uma característica relevante, quando se sabe que o Brasil é o país que mais mata essas pessoas em todo o mundo, segundo relatório de 2021 da organização Transgender Europe (TGEU).

“APAGANDO INCÊNDIOS”

Os pré-vestibulares atuam como espaços de resistência: são iniciativas que evidenciam a deficiência das políticas públicas voltadas para a educação e revelam a imensa lacuna que existe entre as classes sociais no que se refere ao nível de escolaridade e ao acesso educacional. Os cursinhos garantem a gratuidade do serviço (ou o pagamento de taxas simbólicas) e trabalham, em sua grande maioria, em regime de voluntariado e mobilização militante — são ligados a coletivos, associações de moradores, instituições universitárias, ONGs, grupos religiosos e agremiações de professores, de graduandos e de trabalhadores da educação.

Fernanda reitera esse perfil cooperativo e com traços de movimento social dos cursinhos comunitários. Não por coincidência, o +Nós foi impulsionado em 2015 pelo coletivo Rua — Juventude Anticapitalista, uma organização que se reconhece como movimento social. “É a sociedade civil se juntando para suprir uma demanda que o Estado não foi capaz de dar conta”, afirma.

Nesse modelo também surgem dificuldades que



Pré-Vestibular social Brota na Laje: abrindo caminhos

prejudicam a permanência dos professores nos projetos e colocam em risco a própria existência dos cursinhos, uma vez que a manutenção de materiais, do corpo docente e dos espaços de sala de aula depende de doações, financiamento coletivo, ajudas vindas do próprio núcleo estudantil e docente e parcerias com outras instituições. O pré-vestibular Brota na Laje — uma das iniciativas ouvidas por *Radis* — funciona, por exemplo, no prédio da escola particular Oga Mitá, no bairro da Tijuca, Zona Norte do Rio de Janeiro, e se sustenta a partir de doações e parcerias, fornecendo lanche, material didático e atividades extracurriculares para os estudantes moradores de favelas da região, principalmente do Morro do Borel [Leia no site de *Radis*].

“A gente apaga incêndios”, resume Fernanda. “Se um professor vira e fala: ‘não tenho passagem para ir’, nós conseguimos garantir uma passagem no dia”, completa. Ela comenta ainda sobre as dificuldades de organizar eventos para arrecadar fundos e manter as turmas do cursinho. “Dá muito trabalho fazer um pré-vestibular popular”.

Mas se a lista dos cursinhos como o Brota na Laje e o +Nós é imensa e não se limita aos escutados nesta reportagem, os perrengues também não se resumem ao funcionamento interno dos projetos. Os alunos dos cursinhos populares vivem uma realidade de obstáculos e sacrifícios para dar continuidade aos planos de futuro. É o caso de Laura Marques, de 21 anos, que poderia representar uma classe inteira. A ex-aluna do Oficina do Saber, pré-vestibular que funciona como projeto de extensão da Universidade Federal Fluminense (UFF), conta que, enquanto se preparava para prestar o vestibular, por

mais de uma ocasião precisou escolher quais matérias priorizar. “Tive dificuldade em pagar as passagens de ônibus. Naquele momento, somente minha mãe estava trabalhando, então era bem pesado custear as passagens todos os dias”, relata.

Adversidades como a enfrentada por Laura afastam outros inúmeros estudantes, tornando a evasão um dos problemas mais recorrentes dentro dos projetos. “A violência nas áreas onde os alunos residem, o custo da passagem e problemas familiares estão entre os principais motivos”, relata Claudio Alves sobre a experiência do Pré-Vestibular para Negros e Carentes Pastoral da Juventude (PVNC-PJ), onde trabalha como coordenador em Duque de Caxias, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro [Leia entrevista na página 26].

As causas da evasão enumeradas por Claudio se repetem em outros espaços da educação, explica Angela. O que faz diferença, entretanto, é como os cursinhos vão enfrentar esse problema. “Nós já sabemos o que causa. Porém, há poucos trabalhos pensando sobre o que é possível fazer para resolver a questão”, aponta. Em sua pesquisa de mestrado, ela propôs estratégias para fortalecer os pré-vestibulares.

Foi daí que nasceram, em 2020, as cartilhas de estratégias para enfrentamento da evasão e de mapeamento dos pré-vestibulares populares do Estado do Rio de Janeiro. A proposta dos dois materiais é oferecer dicas e direcionamentos, assim como facilitar que essas iniciativas sejam localizadas por pessoas periféricas, voluntários e projetos similares. “A ideia não foi buscar saídas irreais, mas sim soluções a longo prazo, com os limites e as possibilidades de cada projeto”, diz Angela.



OUTRAS LIÇÕES

É comum abrir o perfil das redes sociais dos cursinhos comunitários e se deparar com postagens chamando para aulas públicas, palestras, aulas interdisciplinares e de campo, todas vinculadas a temáticas socialmente relevantes, como racismo, gênero, sexualidade, direito à cidade, educação, segurança pública, saúde, cultura, entre outros assuntos. Além disso, as publicações trazem convocatórias para passeatas, campanhas de doação para projetos sociais e de financiamento interno dos cursinhos; chamadas para voluntariado e cursos de formação de educadores populares; e, claro, lembretes de outras atividades, como rodas de conversa, cine-debates, eventos culturais e visitas a museus e universidades.

Esse é o caso da Rede Emancipa, da Uneafro, do Pré-Vest Marielle Franco, para citar alguns cursinhos que funcionam no Rio de Janeiro, além daqueles ouvidos para esta reportagem. De acordo com Angela, por meio da oferta desses programas, é incentivado que os estudantes entendam que o espaço público pertence a todos. “E que nesses locais existem histórias que ainda não foram contadas, mas nós queremos contar. Assim, podemos nos conectar com eles”. A pesquisadora sustenta ainda que esse tipo de agenda estimula que a arte e a cultura “criem sinapses” que só a fala expositiva não cria.

Já incorporadas ao programa pedagógico regular dos pré-vestibulares populares, essas atividades, comumente chamadas de extracurriculares, despertam também o tipo de vínculo afetivo e reflexão interna que faz a diferença na vida pessoal e cultural dos alunos. “Muitos alunos saem do pré-vestibular e, suponha-se, não passam no vestibular, mas são pessoas mais felizes, pois se compreendem melhor”, diz. Além de construir laços fortes de amizade que serão suas redes de apoio, continua Angela, “começam a ter uma melhor relação com as famílias, pois passam a entender, por

exemplo, as condições sociais da própria mãe, que em muitos casos é uma mulher negra e mãe solteira”.

A pesquisadora da UFRJ aponta ainda uma distinção entre os modelos educacionais seguidos pelos cursinhos populares e aqueles adotados pelas instituições tradicionais, privadas e públicas. Para Angela, os projetos tradicionais de educação têm “uma natureza militarizada”, que se volta para o conteúdo a partir de “macetes e estudos ininterruptos”. Ou seja, há um perfil duro e violento que não se encaixa na rotina e nas expectativas do público dos pré-vestibulares sociais, ela explica. “Se agirmos nessa perspectiva, os alunos vão embora”, compara. “A principal diferença é esta: temos um projeto político-pedagógico que entende os estudantes como seres humanos com desejos, medos e frustrações, que precisam ser inspirados e ouvidos”.

PANDEMIA E OUTROS DESAFIOS

Com a chegada da pandemia de covid-19 e a adoção das medidas de isolamento social, esse trabalho íntimo dos cursinhos comunitários foi amplamente prejudicado. Angela avalia que a chegada das aulas on-line, sem contato e sem atividades culturais, apenas com a transmissão de conteúdo, foi um dos motivos do aumento da evasão. “É difícil se manter convicto de seus desejos com o mundo se acabando, sem que você tenha ninguém para te orientar”, avalia a educadora. “Foram os piores anos. Nós nos sentimos de mãos atadas”.

Criado durante a pandemia por jovens de movimentos educativos judaicos de Nova Iguaçu, o cursinho “Partiu Facul” apresentou um cuidado extra. Bianca Meniuk, uma das coordenadoras do projeto, contou que, além do compromisso com a inclusão, havia ainda uma preocupação com a saúde física e mental dos alunos. Era preciso lidar com a falta de confiança, a depressão e mesmo a violência doméstica,

Material utilizado pelo cursinho Partiu Facul. Na foto menor, Pré-Vestibular para Negros e Carentes Pastoral da Juventude.



questões que não raro afligiam os alunos. Segundo Bianca, o principal desafio enfrentado foi a taxa de desistência. Devido à situação de vulnerabilidade, os alunos precisavam conciliar o estudo e o trabalho, o que nem sempre era possível.

Para Fernanda, a pandemia abriu precedentes para um desmonte ainda maior da educação. “Criou uma ideia muito ruim de que a sala de aula não precisa existir e reforçou o pensamento de que a educação é instrução”, ressalta, chamando atenção para a piora na qualidade de vida que, segundo ela, a crise sanitária apenas acelerou. Por outro lado, a coordenadora sai do ensino remoto emergencial convicta de que o aprendizado se constrói em sala de aula, com orientações pedagógicas presenciais, aproximando cotidianamente educandos e educadores, sem o intermédio de uma tela fria.

ESPERANÇA

Fernanda levanta um contraponto esperançoso a respeito de outra vulnerabilidade dos cursinhos: o limite de sua atuação social. “O pré-vestibular popular não resolve todos os problemas da sociedade. Mas a educação pode ser um lugar ativo de apoio para a comunidade que está próxima dele”, avalia. Ao analisar a questão, Angela também reitera que tanto os pré-vestibulares sociais quanto os coletivos de educação popular realizam um trabalho essencial. Ela pondera, no entanto, que eles atuam junto a um público jovem já selecionado, uma vez que a maioria nem consegue chegar aos pré-vestibulares. “E quanto ao pessoal que ficou no meio do caminho?”.

Esse “pessoal” está na escola pública, a educadora responde, defendendo que só é possível concretizar as transformações desejadas pelos cursinhos populares com investimento e atuação governamental. “A escola pública

DESDE O COMEÇO

Ainda nos anos 90, algumas iniciativas foram precursoras dos chamados cursinhos populares no Brasil, como o Instituto Biko, de Salvador; o Núcleo de Consciência Negra, da Universidade de São Paulo (USP); o Cursinho para Negros e Carentes (PVNC), de Petrópolis, no Rio de Janeiro; e a Educafro, fundada em 1993 no Rio de Janeiro e, em 1997, em São Paulo. A entrada em cena desses espaços foi uma forma encontrada pela sociedade civil e movimentos sociais para lidar com a profunda disparidade educacional do país. No Wikifavelas ou Dicionário de Favelas Marielle Franco, o verbete “pré-vestibulares populares no Rio de Janeiro” é assinado por Angela Cristina da Silva, uma das entrevistadas para nossa reportagem. Hoje, não se sabe precisar quantos pré-vestibulares comunitários existem em todo o território nacional. Mas não restam dúvidas de que eles foram decisivos na luta pela construção de ações afirmativas, entre elas a política de cotas, como afirma outro de nossos entrevistados, Claudio Alves, ex-aluno e atual professor de cursinho comunitário, hoje formado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

tem suas deficiências, mas é ela que atende crianças, adolescentes, jovens e adultos”, analisa. “Infelizmente, são tantos problemas, tantas ausências que é preciso que existam esses outros projetos para nos mostrar caminhos alternativos”.

Enquanto promovem uma educação crítica e emancipadora, sem abandonar em alguma medida a educação tradicional, os cursinhos seguem abrindo caminho para milhares de jovens e adultos. “Somos os primeiros das nossas famílias a acessar a universidade pública e entendemos que essa foi uma conquista coletiva”, fazem questão de responder em uníssono Blenda Paulino, Lara Brandão, Larissa Leão, Luiz Henrique Souza, Natalia Oliveira, Renan Santos, Vivian Kristinny e Wendel Lima. Os nove jovens, juntos, hoje tocam o pré Brota na Laje.

Declaração similar é dita por Ana Clara Passos, ex-aluna do pré-vestibular comunitário da Maré. “Fui a primeira da minha família a ingressar em uma faculdade”, afirma a estudante de jornalismo da Uerj. “Depois disso, minha irmã, que não queria fazer faculdade, agora também quer cursar uma, assim como outras primas”. Exemplos como esses fazem parte da disputa pelos espaços de conhecimento e mobilizam a pirâmide socioeducacional de maneira prática e visível. Tudo isso à sombra de uma universidade onde, no passado, havia pouco espaço para pessoas pretas e periféricas. “Um corpo favelado naquele espaço pode ser uma mudança relativamente pequena para a maioria, mas uma mudança muito grande dentro de casa”, resume Ana Clara, hoje estagiária do site Intercept Brasil.

AS PIONEIRAS

CARLOS VINÍCIUS QUIRINO, JULIANA SIMÃO E NICOLE HIGINO*

COLABORAÇÃO ESPECIAL PARA RADIS*

Laura Marques, 21 anos, faz parte da primeira geração da família a entrar para uma universidade pública. Após passar pelo pré-vestibular social Oficina do Saber, a moradora de Niterói conquistou uma vaga no curso de Jornalismo, na Uerj, uma das mais conceituadas e difíceis de ingressar. Para realizar o sonho, no final de 2018, Laura decidiu focar nos estudos. Antes disso, fez um levantamento e encontrou o projeto, que possui vínculo com a Universidade Federal Fluminense (UFF).

Criado em 2000, o Oficina do Saber atende, sobretudo, estudantes que vivem na região de Niterói e São Gonçalo, preparando-os para a disputa por uma vaga no ensino superior. O curso é preparatório para o vestibular, mas Laura diz que, além dos conhecimentos técnicos, os professores despertavam nos alunos um pensamento crítico por meio dos textos trabalhados. Ela destaca ainda a rede de troca que se formou entre os estudantes. “Eu me senti muito acolhida por todos”, conta. “Além das dicas sobre a prova e os insights sobre os conteúdos, todos recebiam um apoio quase que emocional. Os professores foram muito parceiros”. Isso foi um fator importante para que ela se sentisse preparada e segura no dia da prova.

Mas não foi fácil. Na turma de Laura, houve grande evasão entre os alunos matriculados. Ela própria precisou escolher quais matérias priorizar. “Como as aulas aconteciam todos os dias da semana, tive dificuldade em pagar as passagens de ônibus”, conta. Apesar das dificuldades, a estudante não tem dúvidas de que iniciativas como essa são fundamentais para pessoas que, assim como ela, não tiveram acesso a uma educação básica de qualidade. “Os cursinhos gratuitos vêm como uma luz no fim do túnel, capaz de fazer brilhar os olhos dos estudantes que buscam ascensão social e econômica”, diz. “Por meio da educação, esses ‘prés’ nos fazem acreditar que é possível burlar toda a estrutura opressora que engessa o pensamento de que pobre não tem outra opção a não ser trabalhar oito horas por dia, sete dias por semana enfrentando condução lotada”.

Laura Marques: “Cursinhos são uma luz no fim do túnel!”

“Há muitos que, às vezes, precisam abrir mão dos estudos para trabalhar e pôr comida na mesa.”

(Ana Clara Alves)

DA FAVELA, COM ORGULHO

Ana Clara Alves também foi a primeira da família a ingressar em uma universidade pública, inspirando a irmã — que agora quer fazer faculdade. “A universidade é pública, mas a maioria do corpo estudantil é de pessoas brancas, de classe média alta. Poucas são as pessoas negras ou faveladas”, enfatiza à *Radis*. “Estamos transformando esta realidade agora. Um corpo favelado naquele espaço pode ser uma mudança relativamente pequena para a maioria, mas uma mudança muito grande dentro de casa”.

Moradora da Maré, antes de passar no vestibular, a estudante frequentou as aulas do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) — onde também estudou, ainda na década de 1990, a vereadora Marielle Franco, assassinada em 2018. Voltado para estudantes que querem ingressar na faculdade — e para quem deseja uma vaga no ensino técnico em colégios federais —, o CEASM se propõe a abrir horizontes e mostrar novas oportunidades e possibilidades de vida, como faz questão de explicar Ana Clara. “Dentro da favela, existem várias realidades. Nem todo mundo tem o apoio da família para estudar. Há muitos que, às vezes, precisam abrir mão dos estudos para trabalhar e pôr comida na mesa”.

Estudante do sexto período do curso de Jornalismo da Uerj, no campus Maracanã, ela considera simbólico que, quando falam sobre a Maré, automaticamente se lembrem de sua história. “Também acho importante que outras pessoas que entraram na faculdade depois de mim, vindas da mesma favela ou de favelas diferentes, saibam que a universidade é um espaço em que já existiu uma favelada”, diz. “Isso acaba sendo um sinal de segurança”.

No CEASM, o corpo docente é formado por ex-alunos que, em sua grande maioria, já fizeram parte do curso e agora atuam como professores, coordenadores de turma ou monitores ajudando com exercícios. Ana Clara é uma dessas. Atualmente, a jovem também concilia os horários com o seu estágio no portal The Intercept Brasil.



Ana Clara Alves: Jornalismo na Uerj e estágio no Intercept Brasil

“ESTAMOS FAZENDO HISTÓRIA”

Uma conversa encorajadora com um ex-aluno e atual coordenador de um cursinho voltado para jovens negros e carentes

RODRIGO DE ARAÚJO

COLABORAÇÃO ESPECIAL PARA RADIS*

Claudio Alves, jovem negro e morador de uma comunidade em Duque de Caxias, região metropolitana do Rio de Janeiro, costumava jogar RPG com amigos de classe média. De uma hora para outra, seus companheiros começaram a desaparecer das partidas. Claudio procurou saber o porquê. Descobriu que os garotos estavam todos estudando para o vestibular. Menos ele. O ano era 2006. Nessa mesma época, recebeu de uma amiga da igreja um panfleto sobre um certo Pré-Vestibular para Negros e Carentes Pastoral da Juventude, mais conhecido pela sigla PVNC-PJ — ou apenas “Pré-PJ” —, que ele passou a frequentar.

Claudio não entrou de primeira na universidade. No ano seguinte, matriculou-se outra vez no cursinho e, mesmo com dificuldades para conciliar os estudos com o trabalho como operador de telemarketing, prestou vestibular e foi aprovado no concorrido curso de Direito,

da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Ele ainda estava na metade da faculdade quando voltou ao PVNC-PJ, dessa vez como professor.

Desde então, sua história serve de incentivo para estudantes recém-chegados ao cursinho, onde atualmente ocupa a função de coordenador-geral. Nesta entrevista, Claudio explica em detalhes o funcionamento do PVNC-PJ — que, em um cenário favorável, costuma atender até 70 pessoas por ano —, fala dos desafios enfrentados durante a pandemia e ajuda a entender a importância do projeto, que vem não apenas garantindo o acesso de jovens negros e carentes às universidades públicas. Para Cláudio, que hoje está cursando uma pós-graduação em Direito na Uerj, essa é também “uma forma de luta política por igualdade material, reparação histórica e social, isonomia e equidade, enfim, uma luta por educação e justiça social”.



Como e quando surgiu o Pré-Vestibular para Negros e Carentes Pastoral da Juventude?

O Pré-PJ, como ainda é carinhosamente chamado, foi criado em 1994, em Duque de Caxias. Recebeu esse nome porque a maioria de seus idealizadores era composta por jovens engajados da Igreja Católica. Desde então, ocupa o prédio anexo da Catedral de Santo Antônio, atual Centro Pastoral Frei Willy. Entretanto, seguindo a Carta de Princípios do Movimento PVNC, o Pré-PJ mantém uma linha de atuação laica e coloca como centro da discussão a questão racial, política e social nas suas mais diversas nuances. O objetivo do projeto é, além de tentar garantir o acesso de jovens negros e carentes às universidades públicas, formar agentes de transformação social conscientes do seu papel histórico, que também divulgariam a ideia do PVNC, formando novos núcleos nas periferias.

Qual a maior motivação para promover o pré-vestibular?

Creemos que uma das principais motivações para que o PVNC-PJ exista e resista até hoje seja a redução das desigualdades sociais por meio de uma educação libertadora e crítica, para a população pobre e marginalizada em geral, e negra em especial. São essas as que mais sofrem com as desigualdades, sendo também as maiores vítimas de suas consequências.

Como o pré-vestibular se mantém? Alguma taxa é cobrada dos alunos?

O PVNC-PJ se mantém sem nenhum apoio financeiro do Estado: o sustento das atividades vem de colaborações e taxas repassadas dos candidatos e alunos ao Núcleo, que faz a sua gestão e administração por meio da Coordenação. Quanto a valores, é importante ressaltar que não é um “pagamento”, considerando a qualidade e excelência do corpo docente e

de todos os esforços implementados em favor dos alunos. O valor dessas contribuições varia sazonalmente de acordo com as necessidades do Núcleo. Na atual gestão, o valor para inscrição é de R\$ 10,00; e a contribuição mensal é de R\$ 35,00 por aluno.

Como a pandemia afetou as aulas?

A pandemia foi um contexto bastante desafiador no qual tivemos que enfrentar a dificuldade dos alunos tanto em ter acesso à internet, quanto a aparelhos que possibilitassem o acompanhamento das aulas de maneira remota. Sem contar que a maioria do nosso público já vem de uma educação defasada e muitos estão afastados da sala de aula há muito tempo, o que agrava essa dificuldade no ensino remoto.

A evasão dos alunos do curso é um problema?

Sim, em regra esse é um problema com o qual nos deparamos ao longo desses anos, e os motivos são os mais variados: a violência nas áreas onde os alunos residem, o custo da passagem e problemas familiares são alguns exemplos. Além disso, a evasão ocorre com muita força após os alunos se depararem com as primeiras provas, e a realidade excludente implícita nelas.

O que motiva o corpo docente a trabalhar de graça em um pré-vestibular comunitário?

Creemos que seja um projeto social, político e pedagógico de longo prazo com o qual podemos mudar a sociedade por meio de uma educação libertadora e contra hegemônica, com o fim de romper, ou ao menos amenizar, a relação estabelecida de *status quo*. Creemos ainda que é uma forma de luta política por igualdade material, reparação histórica e social, isonomia e equidade, enfim, uma luta por educação e justiça social.

Qual o impacto dos cursinhos comunitários e populares no acesso ao Ensino Superior?

Há um grande impacto social à medida que são disponibilizadas e viabilizadas ferramentas competitivas para diminuir desigualdades na educação. Esses cursos — juntamente com as ações afirmativas, entre elas a política de cotas, na qual inclusive o PVNC teve forte atuação — tornaram possível para muitas pessoas algo que, numa conjuntura sem esses fatores, seria praticamente impossível. Dentro das universidades, creio que o somatório dos fatores Pré-Vestibulares Comunitários mais ações afirmativas serviu para a inclusão de jovens negros, pobres e periféricos nas universidades, mas também para fomentar o debate sobre o tema e, sobretudo, para desconstruir a falácia da meritocracia, tendo em consideração que já ficou comprovado que os estudantes advindos dos cursos comunitários e das ações afirmativas têm igual ou melhor desempenho que os demais estudantes; o que lhes faltava era a oportunidade. Falo em somatório de fatores porque entendo que a eficácia dos cursos por si, sem as políticas fomentadas pelos movimentos sociais em geral e pelo movimento negro em especial, no qual se inclui o PVNC, não seria plena.



CIGARRO ELETRÔNICO

Especialistas alertam para os riscos à saúde e se mobilizam para manter proibição da venda no país

ADRIANO DE LAVOR

Especialistas de diferentes áreas da saúde estão mobilizados diante da possibilidade de liberação da venda dos chamados cigarros eletrônicos no país e reúnem evidências científicas que comprovam os malefícios que estes dispositivos causam à saúde individual e coletiva. É que está em andamento uma avaliação do processo regulatório pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) iniciada em 2019 — na etapa atual, a agência recebe contribuições da sociedade para que a Diretoria Colegiada possa deliberar sobre o assunto.

Até 16 de junho a chamada Tomada Pública de Subsídios (TPS) recebe, via Internet, informações técnicas de estudiosos (e também de produtores) que devem subsidiar a elaboração de um texto normativo — que futuramente também passará por consulta pública — até que se chegue a uma nova Resolução da Diretoria Colegiada (RDC). A expectativa é que o posicionamento da Anvisa seja divulgado até o fim de 2022.

Até lá, vigora a RDC nº 46, de 2009, “que proíbe comercialização, importação e propaganda de quaisquer dispositivos eletrônicos para fumar (DEF), conhecidos como cigarro eletrônico”. Os esforços de associações e sociedades médicas e demais entidades da área de saúde são para que a Anvisa mantenha a proibição. Para isso, apresentam evidências científicas em diferentes áreas médicas que comprovam os malefícios dos dispositivos, ao mesmo tempo que alertam a sociedade sobre as estratégias da indústria em apresentar os DEFs como substitutos ao cigarro tradicional ou inofensivos no que diz respeito aos prejuízos causados pelo fumo.

“Nós já vivemos muitos problemas relacionados ao cigarro tradicional e não queremos ver a história se repetir. Cigarro eletrônico é cigarro”, justificou Irma de Godoy, presidente da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT), na coletiva de imprensa organizada pela SBPT e pela Associação

Médica Brasileira (AMB) no início de maio, para tratar do assunto.

Na entrevista, que contou com a participação de representantes de outras entidades como as sociedades brasileiras de Cardiologia (SBC) e de Pediatria (SBP), Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas (ABEAD), Conselho Federal de Medicina (CFM) e Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), os especialistas também divulgaram nota conjunta em que recomendam a manutenção da proibição, ao mesmo tempo em que “exigem medidas mais rigorosas para fiscalização e punição de violadores desta resolução” e ressaltam a preocupação com o aumento do uso desenfreado desses dispositivos, em especial entre os jovens.

No documento, assinado por mais de 50 entidades da saúde e da medicina, os estudiosos chamam atenção ainda para as estratégias usadas pela indústria para atrair novos usuários, advertem que a ampla utilização dos DEFs pode reverter, em pouco tempo, o sucesso das políticas de controle do tabaco obtido em décadas de esforços do Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT) e são enfáticos quanto às expectativas em relação à proibição. “A comunidade científica e de saúde pública brasileira só espera uma coisa da Anvisa: que NÃO libere a comercialização dos DEFs no Brasil e que exerça seu papel de proteger a saúde da população brasileira”.

A seguir, *Radis* reuniu os principais alertas feitos pelos especialistas durante a coletiva e na carta conjunta que produziram, o que inclui os riscos relacionados à saúde, as estratégias da indústria do tabaco para atrair novos consumidores e sugestões para que o país possa enfrentar o crescente uso entre jovens. A reportagem também ouviu um usuário e uma ex-usuária de cigarros eletrônicos e compilou outras informações relevantes relacionadas ao tema.

ÔNICO É CIGARRO

O QUE SÃO OS DEFS

Cigarros eletrônicos são aparelhos alimentados por bateria de lítio e um cartucho ou refil, que armazena o líquido. Esse aparelho tem um atomizador, que aquece e vaporiza a nicotina. O aparelho traz ainda um sensor, que é acionado no momento da tragada e ativa a bateria e a luz de led (que não está presente em todos). Ao serem aquecidos, os DEFs liberam um vapor líquido parecido com o cigarro convencional.

Os cigarros eletrônicos estão em sua quarta geração, onde é encontrada concentração maior de substâncias tóxicas. Existem ainda os cigarros de tabaco aquecido. São dispositivos eletrônicos para aquecer um bastão ou uma cápsula de tabaco comprimido a uma temperatura de 330°C. Dessa forma, produzem um aerossol inalável que, segundo especialistas, expõe o usuário a emissões tóxicas, muitas das quais causam câncer.

Outro tipo de DEF se parece com um pen drive. São os saís de nicotina (nicotina + ácido benzóico). Esse tipo de cigarro provoca menos irritação no usuário, facilitando a inalação de nicotina. E, assim, provoca maior dependência. Os usuários desse aparelho têm pouca resposta ao tratamento convencional da dependência da nicotina, adverte os especialistas.

A INDÚSTRIA CONTRA-ATACA

As campanhas publicitárias vendem os DEFs como alternativas “saudáveis” ao cigarro tradicional, o que segundo especialistas é uma informação enganosa. Uma das estratégias utilizadas pelos fabricantes é construir uma imagem positiva para os cigarros eletrônicos, dissociando-os dos cigarros tradicionais.

A começar pela nomeação dos produtos (vaper, pod, e-cigarette, e-ciggy, e-pipe, e-cigar, heat not burn [tabaco aquecido], entre outros) e de seus usuários (vaporizadores ou vapers, em inglês). A ideia é criar uma falsa distinção entre fumantes e vapers, advertiu Paulo Cesar Correia, coordenador da Comissão de Tabagismo da SBPT.

Na apresentação do tema que fez à imprensa, ele mostrou inúmeros exemplos de campanhas publicitárias veiculadas na Internet que apresentam o cigarro tradicional como algo ultrapassado e, em contraposição, os dispositivos eletrônicos, vendidos como alternativa tecnológica, recreativa e segura de uso da nicotina.

Para isso, campanhas atualizam recursos já conhecidos pela publicidade para venda de cigarros tradicionais, como o uso de cores e elementos que o aproximem do público mais jovem, o patrocínio de festas, eventos culturais e esportivos, além da criação de grupos de usuários “independentes” que financiariam “pesquisas” que apresentam falsos dados de redução de danos.

Especialista em controle de tabagismo pela Organização Mundial da Saúde (OMS), Paulo chamou atenção para a falsidade destes estudos: “Ainda que não tenhamos a descrição completa dos riscos epidemiológicos, as evidências já existentes permitem dizer que o produto é extremamente perigoso e danoso tanto à saúde individual como à saúde pública”, alertou.

Outra ferramenta utilizada pelos produtores é apresentar o cigarro eletrônico como alternativa menos danosa para a “troca” do cigarro tradicional. Investem no público que não consegue ou não deseja parar de fumar — algo que recupera recursos mercadológicos antigos, como o lançamento de filtros para o consumo de cigarros ou a venda de marcas com “baixos teores” — estratégias que nunca impediram ou minimizaram os danos causados à saúde.

JOVENS NA MIRA

A indústria investe pesado em estratégias que visam conquistar o público mais jovem, advertiu João Paulo Lotufo, integrante da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). Ele contou que, por trás do discurso de “troca”, os produtores têm como objetivo conquistar o jovem, “que tem a sensação de que pode parar quando quiser”. A ciência, no entanto, diz o contrário. João Paulo enfatizou que tabagismo é dependência em nicotina e que, quando ocorre na adolescência, o efeito é muito mais potente do que em adultos, já que o cérebro se desenvolve até os 21 anos. “Qualquer droga iniciada antes disso a dependência é maior”, assegurou.

Ele alertou ainda que já existem estudos que mostram que o jovem que começa a fumar cigarro eletrônico rapidamente migra para o cigarro tradicional ou para o uso de maconha. O especialista considerou que nestes casos há risco de lesão cerebral irreversível, perda de memória e déficit de aprendizado, e afirmou que diante de tantos riscos a SBP considera o tabagismo uma “doença pediátrica”.

Para ele, é preciso retirar do ar a propaganda dos cigarros eletrônicos, aplicar punições exemplares e, sobretudo, tratar as pessoas de modo gratuito. Ele recomendou ainda a criação de campanhas educativas para jovens, pais e educadores, visto que a sociedade ainda desconhece os problemas relacionados ao uso destes dispositivos.

Representante da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas (ABEAD), a psicóloga Sabrina Presman lembrou que os fabricantes investem em formatos que são facilmente confundidos com outros dispositivos tecnológicos, como canetas e pen drives, estratégia que dificulta que pais e educadores identifiquem o uso entre jovens, e alertou para o uso de aditivos e aromatizantes diversos para atrair novos consumidores. “Por mais que digam que não é um produto para criança, eu não conheço um adulto que use o sabor algodão-doce. Ele é bem caracterizado com essa ideia da juventude”, enfatizou Sabrina.

ELETRÔNICOS E NOCIVOS

- O cigarro eletrônico contém substâncias nocivas e cancerígenas, como nicotina, propilenoglicol e glicerol, ambos irritantes crônicos; acetona, etilenoglicol, formaldeído, entre outros produtos cancerígenos e metais pesados (níquel, chumbo, cádmio, ferro, sódio e alumínio).
- Os DEFs produzem partículas ultrafinas, que conseguem ultrapassar a barreira dos alvéolos do pulmão e cair na corrente sanguínea, provocando inflamação. Quando essa inflamação ocorre no endotélio (a camada que reveste internamente o vaso), podem aparecer eventos cardiovasculares agudos, como o infarto e a síndrome coronariana aguda, a angina do peito.
- Países que liberaram DEFs registram crescente aumento de doenças cardiovasculares na população abaixo de 50 anos.
- Diferente do cigarro convencional, que demora às vezes 20 ou 30 anos para manifestar doença no usuário, o cigarro eletrônico tem mostrado essa agressividade em menos tempo.
- Alguns cigarros contêm tetrahidrocannabinol (THC), principal componente ativo da maconha, óleo de haxixe e outras drogas ilícitas.
- Usar pen drives (ou sais de nicotina) com 3% a 5% de nicotina equivale a fumar de 10 a 15 cigarros por dia. Dispositivos com 7% de nicotina equivalem a mais de 20 cigarros por dia.
- Cigarros eletrônicos podem causar irritação brônquica e inflamação em quem tem doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC).
- As doenças causadas pelos dispositivos para fumar já tem uma denominação em inglês: “evali” (em português, lesão pulmonar induzida pelo cigarro eletrônico). Até janeiro de 2020, foram registrados 2.711 casos nos Estados Unidos, com 68 mortes.

MARGARIDA, A EX-USUÁRIA

A “troca” foi sugerida pela sobrinha, que morava nos Estados Unidos. Em preparação para uma cirurgia bariátrica, a fisioterapeuta aposentada Margarida Amaral precisava parar de fumar. Já fumava há 40 anos; havia se tratado de um câncer de mama, anos antes. Foi então que viu vantagem em substituir os dois maços que fumava por dia pelo cigarro eletrônico, que a sobrinha mandou do exterior para Belo Horizonte, com todos os seus acessórios.

Naquele momento, há mais de 10 anos, quando pouco se falava em cigarro eletrônico no Brasil, Margarida fez os exames prévios, submeteu-se à cirurgia, e passou a ser usuária. Ela conta que imediatamente parou com o cigarro tradicional. Experimentou diferentes modelos, importou líquidos de vários lugares, fabricou algumas vezes para o consumo próprio, até que uma nova cirurgia a fez repensar a prática.

Em 2019, de novo diagnosticada com um câncer (desta vez, no rim), ela se submeteu a novos exames pré-operatórios. “Foi quando descobri que o cigarro eletrônico me fez um mal horrível”. O resultado indicou um enfisema moderado e ela decidiu parar de vez. “Eu já vinha me sentindo muito cansada”, revela, lembrando dos alertas feitos pelo cunhado médico, que ela ignorou.

“Eu era uma defensora ferrenha do cigarro eletrônico, mas estava totalmente enganada”, reconhece. Hoje, aos 68 anos, Margarida parou definitivamente de fumar e investiu em uma rotina mais saudável, com alimentação regrada e atividades físicas regulares. Ela considera importante que haja mais campanhas de conscientização que façam frente às informações produzidas pelos fabricantes. Para que mais pessoas não sejam ludibriadas como ela.


FELIPE, O USUÁRIO

A rotina de Felipe Aguiar, em Fortaleza, é corrida. Publicitário, casado, pai de uma filha de cinco anos, sua vida se divide entre o trabalho e uma cervejinha no fim de semana. Atividades físicas já não faz mais, por falta de tempo. Na rotina sedentária ele incluiu o cigarro eletrônico, há quatro anos. Fumante desde os 14 anos, ele fez a transição por sugestão de um amigo. Até então, nunca havia passado um dia sem fumar.

Após experimentar diferentes modelos e um período em que retornou ao cigarro tradicional, ele investiu em um modelo e se acomodou com a troca, que em sua avaliação, melhorou o apetite e até deu maior disposição para jogar umas partidas de futebol com os amigos. “Não sei se foi coincidência, mas notei diferença, não acho que foi a presença do cigarro eletrônico, mas talvez pela ausência do cigarro tradicional”, diz, sem conseguir disfarçar o pigarro entre uma fala e outra da entrevista.

Felipe reconhece que, por ser aceito socialmente, acaba “vaporando” mais do que fumaria. Para sua comodidade, segue “receitas” que encontra na Internet para produzir os líquidos que consome, o que para ele dá segurança sobre a procedência do que está consumindo.

Questionado sobre sua saúde, ele reconhece que nunca se submeteu a um check-up médico, mas indica sua disposição para parar de fumar, no futuro. Avalia que o consumo dos vapers está aumentando por ser moda, não ter a rejeição social e pela ausência do cheiro desagradável do cigarro tradicional — “pessoas que não fumavam estão fumando”.

Para Felipe, novos usuários (e ele mesmo) não têm informação alguma sobre o que estão consumindo, a não ser aquelas produzidas pela indústria fabricante, o que deixa inúmeras interrogações sobre os riscos e faz com que consumidores tomem decisões sem nenhuma orientação de saúde. 

SAIBA MAIS

Nota conjunta das sociedades e associações médicas e de saúde — <https://bit.ly/3wPdN1N>
Coletiva de imprensa das sociedades médicas sobre cigarro eletrônico — <https://bit.ly/3yT3Z9M>
Íntegra da RDC nº 46/2009 — <https://bit.ly/3yZ9fsC>

Antes da *Radis*

As revistas editadas pelo Programa *Radis* nem sempre foram no formato que você conhece. Antes da criação da revista atual, em 2002, o programa editou quatro publicações ao longo de 20 anos, desde a sua criação, em 1982. Eram as revistas *Súmula*, *Dados*, *Tema* e *Proposta*. Cada uma delas tinha um formato e um perfil. Toda a coletânea de publicações históricas do programa também pode ser acessada digitalmente no link: <https://bit.ly/3yZH3FY>.

DADOS trazia informações sobre saúde e análises epidemiológicas.

SÚMULA fazia um acompanhamento crítico da cobertura da imprensa sobre saúde.

TEMA era voltada para aprofundar e debater assuntos específicos, com o enfoque da saúde coletiva.

PROPOSTA foi uma publicação editada no período da Assembleia Constituinte e tinha o objetivo de debater as propostas da Reforma Sanitária.



DA

Hemeroteca Radis reúne acervo digital com recortes de jornais sobre saúde desde a década de 1980


alguns recortes de 1980 e 1981 — há um projeto para que o acervo seja ampliado até o presente. O Programa *Radis* também reúne outras duas importantes fontes de consulta e pesquisa sobre saúde: um acervo iconográfico com imagens e fotografias da área da saúde desde 1982; e o arquivo histórico das quatro publicações editadas por *Radis* antes da criação da atual revista (*Súmula*, *Dados*, *Tema* e *Proposta*), que pode ser acessado em nosso site (leia mais no BOX).

“É difícil para as pessoas reconhecerem as conquistas e identificarem os retrocessos se não conhecem a sua própria história”, afirma Rogério Lannes, coordenador do Programa *Radis*. No acervo, é possível entender como foi a luta para extinguir o comércio privado de sangue e a criação dos bancos públicos, que garantiram acesso universal e controle de qualidade para o sangue coletado. Também se pode perceber como as estratégias de prevenção e tratamento do HIV/aids mudaram ao longo do tempo. “Se pegarmos o exemplo da aids, a grande virada nas campanhas e estratégias de comunicação aconteceu, a partir dos anos 1990, quando as pessoas vivendo com HIV/aids foram ouvidas, dentro do slogan ‘Nós por nós’”, completa.

Rogério lembra que o banco de notícias sobre saúde, mantido desde o início da década de 1980, foi fundamental para a produção de uma das publicações editadas por *Radis*, a revista *Súmula*, que trazia uma síntese da cobertura da imprensa sobre saúde, com análises críticas. “Um dos diferenciais do acervo da Hemeroteca *Radis* é que esse banco de notícias abarca o conceito amplo de saúde, incluindo todas as condições de vida e determinantes sociais, além de

políticas públicas e econômicas que impactam no universo da saúde pública”, acrescenta. Esse material também foi muito utilizado por pesquisadores em um tempo em que não havia facilidade para acessar a internet.

Mesmo atualmente, com a digitalização dos acervos dos jornais, a manutenção de uma hemeroteca pública é um diferencial, pois como resalta Rogério, a consulta na maior parte dos jornais é feita em âmbito privado, com acesso pago. “Esse acervo tem uma importância grande para se pensar a saúde porque ali está, por exemplo, o histórico de como a iniciativa privada atuou o tempo todo em relação à saúde da população buscando interferir nas ações de Estado e na estruturação do sistema de saúde para que o seu lucro fosse garantido”, avalia.

A consulta ao acervo de *Radis* também ajuda a entender o papel da comunicação nas lutas por todos os direitos e pela saúde — e garantir o acesso gratuito da população a este material é uma das propostas de *Radis*. “Essa compreensão é parte do compromisso da comunicação pública: que ela permita o conhecimento da história de um povo e dos processos sociais de disputa de poder que interferem na conquista, garantia e ampliação de direitos. A comunicação pública é um espaço para que essa percepção ocorra”, pontua Rogério. 

COMO ACESSAR?

Você pode acessar o acervo digital com recortes de jornais sobre saúde na Hemeroteca *Radis*: <https://bit.ly/3lJleBj>.

A VIGÍLIA DO SONHO

Em um diagnóstico preciso e contundente sobre a contemporaneidade, *Sonho manifesto*: dez exercícios urgentes de otimismo apocalíptico (Companhia das Letras), o mais recente livro do cientista Sidarta Ribeiro, parte de um paradoxo sobre a existência humana que se atualiza nos dias de hoje. A humanidade, que se afirmou como espécie dominante do planeta por meio da violência e da opressão, também é capaz de muito altruísmo e cuidado — paradoxo que o escritor analisa e aprofunda em forma de manifesto. Longe de ser apenas um registro dos riscos que desafiam a existência da própria humanidade (fome, aquecimento global, violência política e desigualdades acentuadas pela covid-19), Sidarta propõe, a partir de fontes variadas, uma reflexão sobre as nossas origens como um caminho de (re)construção. “Estamos presos numa armadilha evolutiva infernal que parece sem saída”, adverte, sinalizando que estamos vivendo “a era da destruição de qualquer futuro”, ao mesmo tempo que “vivemos também a era da criação de qualquer futuro”.

Ao situar o tempo presente nesta encruzilhada epistemológica, ontológica e aparentemente pessimista, o pesquisador aponta saídas que podem nos salvar das “piores profecias sobre nós mesmos”. “Só o que pode nos salvar é a percepção aguda da urgência deste momento — e a decisão de mudar”, convida o escritor, numa narrativa concisa, clara e didática. Um sonho acordado que desvenda as armadilhas do presente e antecipa saídas para possíveis labirintos que possam aparecer no futuro.



TRABALHO DOMÉSTICO

Um conjunto de alternativas para ampliar direitos de trabalhadoras domésticas e cuidadoras no Brasil está reunido no livro *Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil*

(Ipea/OIT). Organizado pelas pesquisadoras Luana Pinheiro e Carolina Tokarski, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e Anne Caroline Posthuma, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a obra apresenta um olhar sobre a trajetória, as tendências e as realidades das duas categorias profissionais, marcadas pela forte presença feminina no Brasil. O livro pode ser acessado no link: <https://bit.ly/3wNavzU>.

TEM CRIANÇAS COM FOME

10 milhões de crianças desnutridas estão sem acesso a tratamento, denuncia novo relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), lançado em maio. Em *Desnutrição aguda grave: uma emergência de sobrevivência infantil negligenciada* (Severe wasting: An overlooked child survival emergency, disponível somente em inglês), a agência registra, entre outros dados, que duas em cada três crianças que sofrem com desnutrição grave no mundo não estão recebendo tratamento para reverter o quadro e que o preço dos alimentos terapêuticos prontos para uso deverá aumentar em até 16% nos próximos seis meses devido à guerra na Ucrânia, pandemia de covid-19 e condições de seca persistente em alguns países causada pelas mudanças climáticas. O relatório pode ser acessado em <https://uni.cf/389K4IC>.



NAS ASAS DE UM PASSARINHO

“Originariamente, ‘educar’ significa ‘viajar’. Ao pé da letra, ducare é ‘se mover, se deslocar’ de um ponto para o outro. Portanto, a educação é originariamente uma viagem. ‘Viagem’ nós podemos entender como um voo, como uma mudança de espaço. Então, o beija-flor é uma ave que viaja o tempo todo”. Esta bela analogia é o ponto de partida do texto “O abraço do beija-flor e a viagem da educação”, transcrição da fala do teórico Muniz Sodré no encontro presencial do ciclo de estudos *Selvagem* (coordenado por Ailton Krenak), ocorrido em maio, no Rio de Janeiro. Na pensata, Muniz propõe redescobrir o sentido da educação “para além da disseminação paralisada ou paralisante de conteúdos e de saberes paralisados”, com a valorização da sabedoria dos povos tradicionais e das instituições populares. “As instituições populares são longevas. Não são apenas festa, não são apenas festividade. Elas são como o beija-flor: polinizadoras e transmissoras”. Para acessar o texto na íntegra: <https://bit.ly/3yZbtYZ>.

Os caminhos da transição ecológica

MARCIO POCHMANN*

A temática ambiental foi sendo incorporada à agenda política do desenvolvimento a partir da virada dos anos 1960, quando se tornaram públicos os primeiros estudos tratando dos limites da natureza impostos pelas contínuas exigências do progresso material. Inicialmente, houve o reconhecimento, por parte dos países de capitalismo avançado, de que a reprodução do modo de vida estabelecido pelo estilo *american way of life* condenaria no longo prazo a vida no planeta.

A partir da denúncia técnico-científica formulada naquela época, conformou-se certa convergência política mais ampla em torno da necessária reação ao movimento de incompatibilidade entre as bases tradicionais do crescimento econômico e a sustentabilidade ambiental. Concomitantemente, a emergência de um novo sujeito social cada vez mais consciente do seu papel a ser materializado pela difusão de instituições sociais e políticas voltadas para a defesa do meio ambiente.

A produção do relatório Brundtland no final da década de 1980 se mostrou fundamental para aglutinar governos de diferentes países na perspectiva de minorar os efeitos nefastos do modo de produção e consumo sobre a natureza, introduzindo o conceito do desenvolvimento sustentável. A realização de conferências, compromissos e metas estabelecidas, bem como a organização interna dos governos em ministérios e políticas públicas, e também instituições da sociedade civil, geraram a expectativa de que o problema ambiental estaria sendo enfrentado de forma adequada.

Uma nova rodada de conscientização técnico-científica emergiu do relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) no âmbito das Nações Unidas que, entre outros estudos, passou a colocar em questão a possibilidade de o conceito do desenvolvimento sustentável ser alcançado. Diante da manutenção do paradigma de produção mecânico-químico introduzido desde a industrialização inglesa no século 18, a saída pela via dos mercados, inclusive com mudanças tecnológicas, continuava a comprometer o meio ambiente, o que sugeriria uma espécie de autoengano coletivo.

Decorridas três décadas de iniciativas em prol do desenvolvimento sustentável, os resultados alcançados estavam muito longe das metas originalmente estabelecidas. Não somente os problemas já denunciados há mais de meio


século não tinham sido superados, como outros mais graves se imporiam diante da mudança do regime climático.

A aceleração do Antropoceno estaria apontando para uma situação climática irretornável, exigindo outro rumo que não a continuidade do paradigma mecânico-químico. Isso porque, mesmo com o conjunto de modificações introduzidas por dentro do mesmo paradigma técnico-científico de produção e consumo, a insustentabilidade do desenvolvimento não só se manteria como se aprofundaria.

Foi nessa oportunidade que o caminho para a transição ecológica começou a ganhar consistência técnica e política. Ainda que a mobilização social e política em torno da temática da transição ecológica se mostre apequenada, os relatórios do IPCC seguem indicando que novas ações são necessárias para barrar a continuidade da devastação geradora de novo regime climático no mundo. A pandemia do coronavírus em 2020 representa um alerta de dimensão global que se vincula à problemática ambiental.

Os diversos registros de problemas decorrentes da escassez dos recursos naturais e dos efeitos nefastos da exploração ambiental sobre populações residentes parecem indicar que o mundo está diante de uma batalha jamais vista acerca da sobrevivência humana no planeta. Diante disso, a transição ecológica oferece pelo menos dois tipos de possibilidades em paralelo ao paradigma técnico mecânico-químico.

A primeira possibilidade se refere às regiões e populações localizadas nos biomas ainda sustentáveis, mas que necessitam de iniciativas governamentais direcionadas ao desenvolvimento humano, capaz de permitir a prevalência da natureza ao longo do tempo. A segunda, às regiões e populações situadas em territórios completa ou parcialmente comprometidos pelo elevado grau de internalização do modo de produção e consumo derivado do paradigma mecânico-químico.

As perspectivas atuais decorrentes dos esforços nos Estados Unidos, União Europeia, China e outros, apontam, por exemplo, para iniciativas de grande mobilização financeira em torno da temática ambiental. Ao que parece, trata-se de tentativas de convergir a prevalência do lucro no setor privado para que se torne regulado e coordenado pelo Estado. Se isso produzirá resultados ativos e positivos, só o tempo mostrará. 

■ ECONOMISTA, PROFESSOR DO INSTITUTO DE ECONOMIA E PESQUISADOR DO CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP). O TEXTO FOI ORIGINALMENTE PUBLICADO NO SITE TERAPIA POLÍTICA.

PROTEGER AS TERRAS
INDÍGENAS É PROTEGER
A PRÓPRIA TERRA.

